VANESSA ALVES VIEIRA

**Direitos de travestis e transexuais no Brasil:
mapeamento normativo e análise crítica**

Dissertação de mestrado

Orientadora: Professora Doutora Gislene Aparecida dos Santos

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2018

VANESSA ALVES VIEIRA

**Direitos de travestis e transexuais no Brasil:
mapeamento normativo e análise crítica**

Dissertação apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestra em Direito, na área de concentração Direitos Humanos, sob orientação da professora doutora Gislene Aparecida dos Santos.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2018

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Alves Vieira, Vanessa

Direitos de travestis e transexuais no Brasil: mapeamento normativo e análise crítica / Vanessa Alves Vieira ; orientadora Gislene Aparecida dos Santos -- São Paulo, 2018.

170

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. travestis. 2. transexuais. 3. reconhecimento. 4. precariedades. 5. avaliação normativa. I. Aparecida dos Santos, Gislene, orient. II. Título.

Nome: Vanessa Alves Vieira

Título: Direitos de travestis e transexuais no Brasil: mapeamento normativo e análise crítica

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo como requisito parcial
para a obtenção do título de mestra na área de
concentração:

Direitos Humanos.

Aprovada em: ____/____/____

Banca examinadora

Orientadora Presidente: Prof. Dra. Gislene Aparecida dos Santos

Instituição: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

1º examinador(a):

2º examinador(a):

3º examinador(a):

*À Arlete e Rui, exemplos de doação,
sem os quais eu não teria chegado
aqui. À Jaqueline, irmã, parceira de
todas as horas. Minhas forças e fonte
de amor inesgotável.*

*À Eneida, parceira de todos os dias.
Presença, amor, aconchego, força nos
momentos mais difíceis.*

*À todas pessoas travestis e
transexuais, cujas vidas são
constantes resistências.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à orientadora professora doutor Gislene Aparecida dos Santos, exemplo de seriedade acadêmica, pela oportunidade de cursar o mestrado, pela confiança depositada no meu trabalho e por sempre nos mostrar a importância de se pensar, com o rigor acadêmico, formas de contribuir para a luta dos grupos vulneráveis por reconhecimento.

Meus agradecimentos às pessoas travestis e transexuais, que passaram pela minha vida e me permitiram olhar o mundo de outra maneira, atenta aos meus privilégios. Agradeço especialmente a Daniela Andrade, que, em uma conversa, me levou a pensar a necessidade de ter vozes críticas no Direito, que pensem como, de fato, tornar as existências trans menos difíceis. Agradeço também a Magô Tonhon, Leo Barbosa, Hailey Kaas, Janaína Lima, Terra Johari, entre outras pessoas, que, com suas vivências, me impulsionaram a propor uma nova reflexão.

Agradeço ao pai Rui, à mãe Arlete e à irmã Jaqueline, por serem pacientes com as ausências e significarem, sempre, carinho, colo, força, estímulo, amor incondicional.

À Eneida, sem a qual a dissertação não existiria. Agradeço pelos gráficos, por colocar a mão na massa, literalmente, e, o mais importante, pela presença, pela paciência, pelo amor, pela dedicação de todos os dias e por conseguir me acalmar nos momentos de crise, quando pensei em desistir.

À Pamela Arakaki e Neide Ferreira pelo acolhimento sempre presente e pelas boas risadas.

Agradeço imensamente à Liliana Mercadante Mortari, que, além de ser um exemplo de pessoa e profissional, auxiliou-me a dar os primeiros passos e sempre me acolheu com muito carinho e amizade.

Às pessoas - que passaram e ainda estão - do Núcleo de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que me proporcionaram a experiência profissional mais rica da minha vida, de onde surgiu a ideia desta dissertação. Agradeço por melhorarem meu olhar e por sempre acreditarem que algo pode ser feito para tornar as vidas das pessoas que nos procuravam mais dignas.

À Defensoria Pública do Estado de São Paulo, instituição pela qual sou apaixonada, que me possibilita exercer profissionalmente a minha vocação: tentar dar voz aos oprimidos. Agradeço pelo suporte de várias formas, que me possibilitou cursar o mestrado.

Agradeço a Bruna, Leila e Daniel, pela paciência durante a fase final da dissertação e pelos incentivos e amizades diários, no ambiente de trabalho.

Aos professores da Fundação Getúlio Vargas, com os quais muito aprendi na ocasião do Curso de Especialização em Direitos Humanos e Acesso à Justiça e que também contribuíram com suas provocações para esta dissertação.

Às amigas de todas as horas: Fernanda, Ricardo, Sheila, Roberto, entre outras, que estão sempre a postos para rir, chorar, viver. Agradeço especialmente a Fernanda pela leitura crítica prévia do trabalho.

Às amigas Letizia Patriarca, Luiza Ferreira Lima, Clio Radomysler e Camilla Magalhães Gomes, que impulsionam, consolam e compartilham sonhos de um outro mundo e, generosamente, auxiliam no meu crescimento acadêmico e como pessoa.

RESUMO

A presente pesquisa consiste no mapeamento e na análise crítica dos instrumentos normativos voltados para proteger direitos de travestis e transexuais, no Brasil. A partir dos conceitos de *paridade participativa* de Nancy Fraser e de *precariedade* de Judith Butler, expostos na dissertação, a pergunta proposta é: como se tem configurado a produção normativa no Brasil para assegurar direitos a travestis e transexuais? A pergunta tem, como pressuposto, a compreensão de que não basta reivindicar o reconhecimento de direitos, mas é preciso se analisar *como* se efetiva esse reconhecimento. A hipótese inicial é a de que a produção normativa mapeada apresenta como traço marcante a coexistência entre conquistas jurídicas e políticas e precariedades; entre reconhecimento e condicionamentos. Por um lado, deve-se exaltar a profícua produção normativa que tem sido construída após demandas, lutas e resistências da população de travestis e transexuais; por outro, no entanto, é necessário apontar as fragilidades e precariedades normativas no *como* essas normas são desenhadas. A metodologia aplicada foi a “avaliação normativa”, que se desdobrou em duas etapas i) o mapeamento e a sistematização das normas brasileiras que regulam a questão; e ii) a análise crítica das normas mapeadas, a partir dos dois conceitos mencionados. Ao final, constatou-se que é quantitativamente elevada a produção normativa sobre o tema. Contudo, o modo como se configura essa produção normativa confirma a hipótese inicial. Representam conquistas e reconhecimento, porém, predomina como traço característico da maioria das normas analisadas um reconhecimento limitado, condicionado e precário. A maioria das normas encontradas não atendem, plenamente, aos requisitos apresentados por Nancy Fraser para a promoção da *paridade participativa* e, por consequência, para a concretização efetiva do reconhecimento, na concepção ampla de justiça da autora. Além disso, a produção normativa mapeada é marcada, de modo prevalecente, pela *precariedade*.

Palavras-chave: travestis, transexuais, reconhecimento, precariedade, paridade participativa, avaliação legislativa, mapeamento normativo.

ABSTRACT

His piece of research is aimed at critically analyzing the legal apparatus currently applied in Brazil for those so-called transsexual and transvestite individuals. In this sense, we have resorted, as a triggering point, to Mrs. Nancy Fraser's concept for parity of participation and to Mrs. Judith Butler's notion for precariousness. The posed question to which we have intended to respond is: how the current Brazilian legal apparatus has taken place in order to assure – legitimate – rights to that population? A significant part of that question encompasses how recognition takes place – since claiming such rights is not enough by itself. In accordance to the mapped legal apparatus perception, both achievements and hindrances are simultaneous. Indeed, the current legal apparatus in Brazil is to be celebrated, much in the wake of – and thanks to – countless acts of resistance taken by those people. Nevertheless, countless fragilities must be recognized in how those legal rules are set. Our methodology was initially based on a “legal evaluation”, which was unfolded into two other further steps: i) both mapping and systematizing Brazilian rules; and ii) critically analyzing those rules, stemming from the two aforementioned scholar concepts. We did map an overall – and large – set of legal rules and acts. However, a paradoxical reality was equally envisioned: among other conflicts, recognition and authorization; achievement and precarity were simultaneously present. An excessively limited, demanding and authorized recognition was detected. In the same sense, an extreme precarity underlying Brazilian legal documents was identified. The vast majority of legal rules do and does not comply with the legitimately utmost and proposed rights legitimately proposed by the aforementioned scholars. Our conclusion is that a “precarious citizenship” is the current reality in Brazil and further measures must be taken.

Key words: transsexual, transvestite, recognition, precariousness, parity of participation, legal evaluation, mapping rules

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA	20
2.1 ESCLARECIMENTOS TERMINOLÓGICOS.....	20
2.2 CONDIÇÃO DAS PESSOAS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO BRASIL E RESPOSTAS DO DIREITO: ENTRE AUTORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO.....	24
2.3 O PROBLEMA DO COMO SE DÁ O RECONHECIMENTO JURÍDICO	31
2.4 CAMINHOS METODOLÓGICOS GERAIS.....	35
2.5 PARADIGMAS TEÓRICOS PARA A AVALIAÇÃO NORMATIVA REALIZADA NESTA PESQUISA.....	37
2.5.1 <i>Debate entre Judith Butler e Nancy Fraser</i>	39
2.5.2 <i>Reconhecimento como paridade participativa</i>	43
2.5.3 <i>Reconhecimento jurídico e precariedades</i>	47
3 PANORAMA DA PRODUÇÃO NORMATIVA.....	50
3.1. METODOLOGIA DE COLETA E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS	50
3.2. APRESENTAÇÃO DA PESQUISA EMPÍRICA.....	56
3.2.1. <i>Aspectos gerais das normas</i>	56
3.2.1.1. Ano de publicação.....	56
3.2.1.2. Autores	58
3.2.1.3. Desenhos normativos	61
3.2.1.4. Âmbitos regulados	65
3.2.2. <i>Conteúdo</i>	65
3.2.2.1. Justificativas.....	65
3.2.2.2. Direitos assegurados.....	70
3.2.2.2.1. Nome social.....	70
3.2.2.2.2. Enfrentamento à discriminação	76
3.2.2.2.3. Uso de espaços marcados pela divisão de gênero	79
3.2.2.2.4. Saúde.....	81
3.2.2.2.5. Uso de caracteres de gênero	88
3.2.2.2.6. Educação e trabalho	89
3.2.2.2.7. Alocação em cela ou ala específica.....	91
3.2.2.2.8. Direito à visita e forma das revistas	95
3.2.2.2.9. Alocação em unidades prisionais específicas.....	96
3.2.2.2.10. Lei 11340/06 e reforço de sua aplicação	97
3.2.2.2.11. Direitos previdenciários.....	98
3.2.2.2.12. Inserção dos campos “orientação sexual” e “identidade de gênero”	98
3.2.2.3. Sanções e Mecanismos de efetivação.....	99
3.3. AVALIAÇÃO CRÍTICA DA PRODUÇÃO NORMATIVA, A PARTIR DOS CONCEITOS DE PARIDADE PARTICIPATIVA E DE PRECARIIDADES	102
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	120
REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS PESQUISADAS.....	128
APÊNDICE.....	158

1 INTRODUÇÃO

O tema pesquisado nesta dissertação é a forma como tem se dado a produção normativa para a proteção de travestis e transexuais no Brasil. A hipótese que pretendo investigar é: a coexistência entre conquistas e precariedades¹; entre reconhecimentos² e autorizações (BENTO, 2010, p. 71), limitações e condicionamentos, na proteção jurídica dessa população no Brasil. Se, por um lado, os atos normativos criados para garantir direitos a travestis e transexuais consistem em importante avanço, no campo dos direitos e das políticas públicas, e representam instrumentos úteis na construção da argumentação para reivindicações do respeito à identidade de gênero, por outro, padecem de inúmeras fragilidades, que serão analisadas no decorrer da pesquisa.

O objeto da pesquisa – o mapeamento e a análise crítica dos instrumentos normativos elaborados para a garantia de direitos a travestis e transexuais no Brasil - é resultado de uma trajetória: a experiência, como defensora pública, na coordenação do Núcleo Especializado de Defesa da Diversidade e Igualdade Racial da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, desde agosto de 2012 até julho de 2016. No período, atendi várias pessoas travestis e transexuais, que buscavam o respeito ao direito de viver as suas identidades.

Para isso, reivindicavam direitos fundamentais, como o direito ao nome e ao uso do banheiro em conformidade com suas identidades de gênero. Quando empregadas ou inseridas em escolas e universidades, as pessoas desejavam, ainda, a manutenção de seus empregos e a permanência nos estudos, com a garantia de terem suas identidades respeitadas nesses âmbitos. Buscavam, ainda, a concretização do direito à saúde, especialmente para a realização de intervenções hormonais e cirúrgicas, necessárias para se sentirem em conformidade com suas identidades de gênero. Reiterados eram os relatos de grande dificuldade de acesso a intervenções cirúrgicas para promover alterações corporais, a acompanhamento médico para a realização de terapias hormonais, bem como de repetidos desrespeitos à identidade de gênero, nos equipamentos de saúde.

¹ Conceito de Judith Butler, que será mais bem explicado no segundo capítulo.

² O conceito de reconhecimento adotado é o de Nancy Fraser, baseado na *paridade participativa*, que será também exposto no segundo capítulo.

Era frequente, todavia, lamentavelmente, o atendimento de casos de pessoas travestis e transexuais em situações de alta vulnerabilidade e exclusão, tendo em vista, especialmente, a completa privação dos direitos ao trabalho e à educação. Muitas pessoas que buscavam o atendimento pelo Núcleo, já se encontravam, diante desse quadro, em situação de rua ou até mesmo inseridas no sistema carcerário ou no socioeducativo. Essa marginalização era causada, principalmente, pela discriminação por parte da família e da sociedade, bem como pela transfobia institucional com que se deparavam em diversos espaços públicos, como equipamentos de saúde, escolas, serviços de assistência social.

Recorrente eram os casos nos quais afirmavam a necessidade da busca de recorrer à prostituição para sobreviverem, em face da dificuldade de inserção laboral, mesmo que em empregos informais ou de baixa remuneração. Uma informação dura com a qual me deparei foi a de que aquelas pessoas que conseguiam algum trabalho formal, geralmente era no ramo de *telemarketing*, no qual sofrem menos discriminações porque não precisam ser vistas por quem atendem.

Na realização dos atendimentos, eu me deparei com uma grande dificuldade de elaborar respostas para os problemas relatados: a ausência de normas que assegurassem, de forma específica, o direito ao nome, ao uso de espaços conforme a identidade de gênero e todas as demais decorrências do direito à identidade de gênero. Assim, entre tantos empecilhos, figuravam o uso de crachás e de uniformes, a alocação em alas de hospitais, o uso de banheiros. Para as pessoas que atuavam no Núcleo, essas normas eram desnecessárias, pois, a partir de uma leitura constitucional do tema, como vem sendo feita por diversos estudos do campo jurídico, era possível concluir o pleno respaldo jurídico a essas demandas. No entanto, no diálogo com outras instituições, órgãos e empresas, sentimos que a existência de uma norma específica sobre o tema parecia ser um argumento bem mais convincente, mesmo que fosse uma portaria ou decreto.

Diante da ausência de uma lei de identidade de gênero no Brasil, passamos a respaldar demandas e requerimentos para assegurar direitos a travestis e transexuais em outros instrumentos jurídicos – tais como decretos, resoluções, portarias e leis. Nesse processo deparamo-nos com normas bastante frágeis, emanadas geralmente do Poder Executivo e que poderiam ser revogadas a qualquer momento, bastando um novo ato normativo para isso. E, apresentavam outras limitações: eram fragmentadas e tinha validade restrita. Por exemplo: eram válidas para a Administração Pública, mas não para o âmbito

privado; eram aplicáveis ao sistema de saúde, mas não ao sistema educacional, às vezes no âmbito de um mesmo ente federativo.

As limitações normativas persistiam mesmo diante de uma realidade aparentemente promissora, em razão da constatação da ampla produção de normas, geralmente no âmbito do Executivo, sobre o tema. Em alguns casos, observamos que, apesar da existência de uma norma geral sobre o tema, como uma norma aplicável a toda a Administração Pública Estadual, o direito não era assegurado em uma área específica, por ausência de menção expressa a ela, como no âmbito educacional. Foi o que se deu, por exemplo, quando percebemos que as escolas do estado de São Paulo não asseguravam o nome social a estudantes travestis e transexuais, apesar da existência do Decreto Estadual 55588/2010, norma geral aplicável a toda a Administração pública estadual.

Nessa situação, a Defensoria Pública - por meio do Núcleo e em conjunto com a Comissão da Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil e com a Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Governo do Estado de São Paulo - reivindicou a elaboração de uma norma pelo Conselho Estadual de Educação para assegurar o respeito à identidade de gênero de travestis e transexuais no âmbito escolar. A atuação foi exitosa: em 2014, foi criada pelo referido Conselho a Resolução SE 45/2014, que dispõe sobre “o tratamento nominal de discentes transexuais e travestis”.

Apesar do sucesso na atuação conjunta, a experiência também implicou uma certa perplexidade. Permanecia a indagação: como, em um mesmo ente federativo, em que já se resguardava a observância do nome social em toda sua estrutura organizacional por meio de um decreto, foi necessária a edição de uma norma ainda mais específica para que o direito ao nome social passasse a ser observado nas escolas?

A partir dessas experiências, surgiu o interesse por investigar, de modo mais profundo, esses atos normativos. Algumas dúvidas, além de outras explicitadas na parte metodológica, surgiram e alicerçaram a presente pesquisa. Quais são os modelos normativos encontrados e o que informam sobre como se tem dado a produção normativa para a garantia de direitos a travestis e transexuais? Quais são os mecanismos trazidos por essas normas para fazer efetivas as suas previsões? Quais são as sanções previstas nas normas para o caso de descumprimento de suas previsões?

Por fim, em razão do trabalho no Núcleo e da criação de laços de afeto e amizade com pessoas travestis e transexuais, passei a acompanhar, pela rede social Facebook, vários perfis de ativistas trans, como Daniela Andrade, Magô Tonhon, Hailey Kaas, Luiza Coppieters e Leo Barbosa. No processo, pude observar frequentes denúncias – legítimas - sobre os imensos entraves enfrentados para o acesso a direitos fundamentais. Além disso, muitos dos relatos coincidiram com minhas relatadas inquietações sobre os instrumentos normativos.

Daniela Andrade, na página *Blogueiras Feministas*³, por exemplo, relata, de forma contundente, as dificuldades acessar direitos básicos:

Acho bem interessante quando dizem que agora é direito usar nome social em algum órgão, instituição, município. As pessoas que não são trans* acham que o simples fato de ter isso no papel transforma a vida das pessoas trans* em algo menos discriminatório.

Quando, por exemplo, no Sistema Único de Saúde (SUS), conheço diversas pessoas que tiveram de levar a portaria impressa dizendo que não estavam inventando o direito ao nome social, e mesmo assim, conheço casos em que a funcionária disse que aquilo era mentira. Eu mesma, ainda que pedisse para ser tratada por Daniela, trataram-me pelo nome do registro civil, mesmo existindo portaria, mesmo estando na Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, criada pelo Ministério da Saúde.

Conheço universidades que promulgaram o direito ao nome social em que pessoas trans* passam por situações vexatórias e humilhantes pois, apesar de a universidade dizer para a plateia que há essa possibilidade, na vida real das pessoas trans*, que precisam ficar implorando para serem respeitadas, o respeito não tem acontecido. Não basta dizer que há essa possibilidade, se não há a vontade de treinar os funcionários para receber essa população de forma respeitosa e dignamente.

Por exemplo, essa iniciativa do MEC de usar o nome social no exame do ENEM, em que você precisa ligar para fazer a solicitação para que lhe tratem pelo nome social, e tenho amigas e amigos dizendo que estão sendo desrespeitadas e desrespeitados ao telefone, por atendentes que claramente não receberam treinamento para lidar com pessoas trans* e respeitar o gênero que reivindicamos como nosso.

Ao invés de, por exemplo, terem publicado em edital a provisão desse direito, facilitando a vida das pessoas trans* e treinando os funcionários, fazem uma medida paliativa e novamente mais onerosa as pessoas trans*, exigindo ligação, envio de pedido por escrito e sabe-se lá mais o que inventarão no dia da prova.

Pois, por exemplo, o concurso para professores do estado de São Paulo publicou em edital que travestis e transexuais poderiam ser tratados e tratadas pelo nome social: olha que enorme privilégio nosso, resolveram que respeitariam o nome pelo qual nos sentimos respeitadas e respeitados, também havia a informação de que era necessário assinar um requerimento com a solicitação e enviar em carta com aviso de recebimento para a instituição. Claro que a burocracia exigiria que nós tivéssemos que nos mover para além do que é requisitado das pessoas que não são trans*. E no dia da prova, continuaram a me tratar pelo nome do registro civil, o qual saiu em todas as listas.

³ Cf.: <http://blogueirasfeministas.com/2014/05/nome-social-e-uma-cidadania-gambyarra/>. Acesso em 21 de novembro de 2017.

No mundo da cidadania do faz de conta das pessoas trans*, o respeito também é faz de conta. Faz de conta que vamos respeitar as pessoas trans*, e quem não passa o que passamos diz que precisamos aplaudir essas medidas como se fossem as melhores coisas sobre a Terra — mesmo não funcionando.

Quer dizer, é a velha cidadania a conta gotas, o puxadinho de cidadania que as pessoas cisgêneras vão construindo para as pessoas trans*. Como não temos o direito a cidadania plena, vão erguendo puxadinhos em uma universidade ou outra, um órgão ou outro, uma prefeitura ou outra, um estado ou outro. Leis e decretos que só funcionam no âmbito restrito daquele órgão, daquela instituição, da administração pública direta e indireta — apenas. E que precisamos sempre torcer para que de fato sejam respeitados.

Aí, por exemplo, se respeitam seu nome social na universidade pública, não irão fazê-lo na particular — já que não há nenhuma lei federal possibilitando isso. Se respeitam seu nome social no posto de saúde, não vão respeitar na delegacia, na rodoviária, no aeroporto, na casa noturna, no restaurante que faz preço diferenciado para homem e mulher.

Nome social é uma cidadania gambiarra, é o apartheid para as pessoas trans*. Enquanto quem não é trans* tem seus direitos personalíssimos de que terá seu nome e gênero respeitados em qualquer equipamento público, às pessoas trans* resta-nos implorar, enviar cartas com aviso de recebimento, pedir mil vezes à central do aluno o nome social e saber que novamente vão dar de ombros, imprimir portarias para mostrar a funcionários mal treinados e mal preparados o que eles já deveriam saber.

Pois, lutar pela aprovação de uma lei de identidade de gênero, que alteraria a lei de registros públicos, que funcionaria em nível federal e logo, proporcionaria o direito ao reconhecimento integral à identidade de gênero das pessoas trans* perante as leis brasileiras em qualquer parte do país e em qualquer órgão, instituição, equipamento, parece que é pedir demais.

Não há pressão, não há mobilização, não há vontade política e social de se pressionar o Congresso Nacional para que uma lei assim seja aprovada. Afinal, quem é essa gente que quer todos os direitos de uma vez, que quer do dia para a noite ser tratada como gente, não é mesmo?!

Somente em um único relato, já é possível identificar algumas questões que poderão ser mais bem aprofundadas na presente investigação: a não capacitação das pessoas que aplicam as normas; a fragmentação das normas existentes, que valem em determinados setores, e não em outros; as formas burocratizadas de requerimento; a ausência de uma lei de identidade de gênero.

No mesmo sentido, Magô Tonhon e Viviane Vergueiro, na página *Transfeminismo*⁴, manifestam-se sobre a tentativa de revogação, por parte de alguns deputados, do Decreto federal 8727, de 2016, aprovado pela presidenta Dilma Rousseff, após a Conferência Nacional de Direitos Humanos e o encontro com os movimentos sociais organizados de travestis e transexuais:

(...)

Na Câmara dos Deputados Federal no dia 18 de maio de 2016, um grupo de 29 deputados de diversos partidos políticos apresentou um Projeto de Decreto Legislativo (PDC) de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo de nº 396/2016 que tem como objetivo anular os efeitos do decreto assinado pela

⁴ Cf. <https://transfeminismo.com/nome-social-e-direito/>. Acesso em 21 de novembro de 2017.

presidenta afastada Dilma Rousseff. A justificativa do PDC nº 396/2016 apresenta dois motivos. De acordo com os deputados:

1- a Presidenta Dilma foi contra suas atribuições de ser fiel às execuções das leis e tomou para si um papel que de acordo com a Constituição é do Congresso: o de legislar, criar leis.

2- como o Decreto nº 8.727/2016 diz respeito a ‘alteração de nomes’, de acordo com a Constituição deve ser matéria de ‘lei federal e não decreto’.

Importante destacar que o Decreto aprovado por Dilma NÃO altera documentos pessoais de ninguém, apenas se preocupa com o respeito à identidade de cada pessoa trans e travesti (nestes aspectos jurídico e político, vale a pena a leitura do artigo de Luisa Stern, no site Sul 21)

Os deputados com este pedido de anulação pedem para si a responsabilidade de criar leis que tenham a mesma finalidade que o Decreto assinado pela Presidenta: garantir o uso do nome social para a população de travestis e transexuais. É notória a preocupação destes deputados com o método que a então Presidenta utilizou para aprovar e não com sua finalidade: garantir o direito mínimo de cidadania à esta população por meio da possibilidade de usar o nome social. Assim, fica evidente que por trás de uma aparente preocupação ‘meramente burocrática’ sobre qual Poder (Legislativo ou Executivo) teria atribuição para tratar o tema, existe a inegável transfobia institucionalizada representada nesta tentativa de barrar um movimento que tem por finalidade garantir respeito à estas pessoas cujo nome de registro não condiz com a identidade que se reconhecem e vivem. Um nome demarca um lugar para o nomeado. Impedir o direito das pessoas trans e travestis de ter um nome adequado com seu reconhecimento de gênero é violar um direito humano fundamental, e o próprio direito de existência destas pessoas.

A Presidenta no uso de suas atribuições decretou esta segurança diante da incapacidade do Congresso em criar e discutir leis semelhantes. A prova disto é que no dia 20 de fevereiro de 2013 foi apresentado o Projeto de Lei de Identidade de Gênero (PL João W. Nery) nº 5002/2013 que até hoje não foi aprovado. O projeto propõe que toda pessoa trans e travesti tem direito à mudança de nome e ‘sexo’ nos registros de nascimento e demais documentos pessoais sem necessidade de recorrer à Justiça. O projeto passou no mês de maio de 2016 pela Comissão dos Direitos Humanos e Minorias da Câmara. Se for aprovada, a Lei João W. Nery vai significar o começo do fim dos problemas enfrentados pela população trans e travesti quando precisam utilizar um documento pessoal que não está de acordo com sua real identidade. Além disso ele também vai fortalecer o debate e avanços em outras questões de acesso à outros direitos básicos como saúde integral e educação.

(...)

Tia Eron, deputada federal pelo PRB da Bahia e defensora do golpe que se ilegítima, juntamente a outras pessoas (gente do naipe do já ridículo Marcos Feliciano, entre outras) pretende derrubar o decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, assinado pela presidenta Dilma Rousseff nos últimos dias de seu governo suspenso, e que “dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal”.

Cata o voto da Tia:

Voto de Tia Eron sobre impeachment

Quero, aqui, fazer um brevíssimo comentário sobre princípios: mais que pensar se o projeto para vetar o decreto é fundamentado em um eventual erro de tramitação, pretendo pensá-lo sob a perspectiva de direitos que estão sendo atacados em um contexto ilegítimo de poder.

Diz o projeto: “Quando muito, a edição de decretos por parte do Poder Executivo, nos moldes do inciso IV do referido art. 84 da Constituição, se faz para a “fiel execução” das leis.”

Qualquer pessoa trans e travesti sabe que é extremamente difícil o cumprimento de normas de nome social em praticamente todos espaços, do SUS às poucas universidades e instituições públicas de ensino que o normatizaram.

Ou seja: o decreto presidencial, dentro da elaboradíssima argumentação do projeto assinado por Tia Eron, estaria plenamente justificado, considerando-se a

inoperância de praticamente todas as normas de nome social Brasil afora. O decreto agrega força para a ‘fiel execução’ de normas já estabelecidas — a do nome social no SUS data de 2009, por exemplo.

Neste sentido:

– uma coisa seria pensarmos a revogação deste insuficiente decreto assinado pela presidenta para fazer tramitar devidamente a Lei de Identidade de Gênero brasileira, que permite a alteração dos nomes e gêneros de pessoas trans e travestis em documentos oficiais sem passar por processos violentos e constrangedores no sistema judicial;

– uma coisa seria pensarmos a revogação do decreto para também incluirmos o direito de pessoas trans a utilizarem espaços divididos por gênero (como banheiros, vestiários e sistemas prisionais) de acordo com suas identidades de gênero;

– e outra coisa completamente diferente é que uma golpista de nome social Tia Eron, pessoa que evidentemente não representa as múltiplas negritudes e mulheres que compõem esta imensa e reistente Bahia e Brasil, seja uma das apoiadoras da retirada deste direito sempre tão precário e desrespeitado ao nome social de pessoas trans e travestis.

Ideologia de gênero é negar a existência de autoafirmações trans e travestis em nomes, expressões de gênero e identidades de gênero. Ideologia de gênero são as catequizações e evangelizações violentas cometidas por séculos de colonização e colonialidade.

Esta ironia, uma Tia Eron contra os nomes sociais, é um verdadeiro tapa na cara por parte do sistema, e expressão da tiração de onda fascista e conservadora: para os golpistas, este é um direito tão ridículo que se torna permitido ostentar que até o nome social é privilégio de pessoas cisgêneras. Uma contradição sistêmica entre tantas que golpeiam diariamente.

Nome social por nome social, fiquemos com Malcolm X, e enfrentemos estes absurdos coloniais por todos meios necessários.

(...)

Os dois relatos críticos, pinçados dos tantos que circulam na internet, dão indícios de como os atos normativos que preveem direitos a travestis e transexuais no Brasil ainda parecem conter proteção jurídica insuficiente e deficiente. Além disso, ambos enfatizam a necessidade de que haja uma lei de identidade de gênero no país de modo a garantir, de forma mais efetiva, os direitos postulados por pessoas transexuais e travestis.

A partir desse percurso, defini o objeto da presente pesquisa: o mapeamento e a análise crítica da produção normativa para a proteção de direitos de travestis e transexuais no Brasil até o primeiro semestre de 2017. Conforme expus, embora a profícua produção normativa contribua para o reconhecimento de travestis e de transexuais, o *como* esse reconhecimento se verifica ainda precisa ser mais bem investigado.

Sob o viés teórico, enxerguei nos conceitos de *paridade participativa*, de Nancy Fraser, e de *precariedades*, de Judith Butler, parâmetros de análise que podem contribuir para perceber, na produção normativa mapeada, as potencialidades, fragilidades, insuficiências e deficiências, conforme a hipótese delineada. Embora as duas autoras não dialoguem em muitos aspectos de suas teorias, compreendi que os dois conceitos poderiam se complementar e, juntos, constituir interessantes ferramentas teóricas para o exame crítico

dos atos normativos mapeados. Os conceitos e o diálogo entre eles serão apresentados no capítulo 2.

No segundo capítulo, além de apresentar os conceitos mencionados, ainda esclarecerei a utilização de alguns termos; apresentarei, em linhas gerais, o contexto, social e teórico, no qual se insere o presente debate e apontarei as opções metodológicas de captação e de sistematização dos dados para o mapeamento normativo que será realizado. No terceiro capítulo, realizarei a avaliação crítica dos atos normativos mapeados. No quarto capítulo, emitirei as considerações finais sobre o tema, sem a pretensão, porém, de exaurir o debate, mas apenas de contribuir para ele.

A presente pesquisa – apesar de e em razão de estar no âmbito do Direito – por muitas vezes trata de questões técnicas. Contudo, não se pretende fornecer uma análise formal vazia, nem uma elucubração jurídica sobre a validade e a efetividade dos atos normativos pesquisados. O objetivo precípuo é o de contribuir para a luta por reconhecimento de travestis e transexuais, desvendando – por meio também da teoria jurídica aliada a outras disciplinas – as potencialidades e as fragilidades da produção normativa mapeada. O foco é tanto o de aperfeiçoar as normas de proteção de travestis e transexuais quanto o de denunciar eventuais fragilidades normativas, que não propiciam a paridade participativa a essas pessoas e que as mantêm, em conjunto com outras condições, em situação de elevada precariedade. Não pretendo, assim, falar pelas pessoas travestis e transexuais, que se valem, tantas vezes, dessas normas para ter existências menos difíceis de serem vividas. Pretendo, sim, contribuir para que a teoria jurídica denuncie as violências estatais injustamente impostas e busque o aperfeiçoamento dos remédios jurídicos que, por sua vez, visam a proteger os direitos legitimamente reivindicados.

Conforme afirma Larissa Pelúcio:

Falar de saberes subalternos não é, portanto, apenas dar voz àquelas e àqueles que foram privados de voz. Mais do que isso, é participar do esforço para prover outra gramática, outra epistemologia, outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como as “verdadeiras” e, até mesmo, as únicas dignas de serem aprendidas e respeitadas (2012, p. 399).

É o que pretendo realizar nesta pesquisa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pergunta que norteou a presente pesquisa foi como tem se dado a produção normativa para a proteção de travestis e transexuais no Brasil. Ela surgiu a partir da experiência no Núcleo de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, onde percebi a fragilidade normativa envolvida na proteção de direitos dessa população. Além disso, em contato com ativistas e movimentos sociais, pude observar diversos relatos denunciando a precariedade dessas normas e a “gambiarra legal” que representam, na ausência de uma lei de identidade de gênero no Brasil.

Para responder à pergunta proposta, adotei a metodologia de “avaliação normativa”, que se desdobrou em duas fases. A primeira de mapeamento normativo e a segunda de análise crítica das normas mapeadas. Para realizar o exame crítico, utilizei-me dos conceitos de *paridade participativa* de Nancy Fraser e de *precariedade* de Judith Butler.

A escolha por esses conceitos como crivo avaliativo deu-se porque, por um lado, Nancy Fraser traz, por meio do seu conceito de *paridade participativa* traz elementos para avaliar se os remédios institucionais adotados para a proteção de direitos de grupos vulneráveis atendem a critérios de justiça e asseguram um reconhecimento pleno e, por outro lado, o conceito de *precariedade* de Judith Butler contribui para que se pense como as próprias normatividades podem contribuir, aliadas a outras condições, para que determinadas vidas sejam precárias e não sejam “passíveis de luto”.

A concepção de justiça tridimensional de Nancy Fraser propõe que a justiça vista de forma ampla deve assegurar: reconhecimento, redistribuição e participação. O objetivo comum que unifica essas dimensões é promoção da paridade de participação. Para que os remédios institucionais assegurem a *paridade participativa*, eles devem, segundo a autora: promover a distribuição de recursos materiais; assegurar igual respeito a todas as pessoas e iguais oportunidades para obter respeito social, vedando-se excessivas cargas de diferença ou o não reconhecimento de especificidades, e garantir igual aptidão para intervenção nas deliberações públicas e “representação justa no processo público de tomada de decisão” (2009, p. 20). Judith Butler, por sua vez, realiza uma necessária crítica às normatividades, pois, segundo ela, há sujeitos que são elegíveis para o reconhecimento e outros não, conforme o “diferencial de poder” (BUTLER, 2015, pp. 198-199). Há “vidas”, segundo a autora, que “difícilmente – ou, melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas”, que não serão enlutadas quando perdidas. Nesse sentido, é importante, sim, se pensar o

reconhecimento, porém, enquanto determinadas vidas não forem passíveis de luto, as políticas nunca concretizarão o reconhecimento adequado e pleno (2015, pp. 17, 30 e 33).

Aliando os dois paradigmas teóricos, foi possível avaliar o *como* se dá o reconhecimento de travestis e transexuais no Brasil, tanto de um ponto de vista intranormativo, a partir dos elementos trazidos por Nancy Fraser, como também de um paradigma extranormativo, trazido por Judith Butler.

A partir do mapeamento normativo realizado, foi possível traçar um perfil da produção normativa sobre a questão. Alguns pontos merecem destaque.

Em relação ao *ano de publicação* das normas, é possível constatar um aumento significativo da produção normativa a partir de 2008, possivelmente em razão do início da realização dos ciclos de conferências de políticas públicas para LGBTs, em 2008, do programa Brasil sem Homofobia, em 2004, e do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, em 2009. Percebe-se, assim, um protagonismo do Estado, naquela oportunidade, na criação de mecanismos de participação social e no fomento de políticas públicas. Esse protagonismo permanece até o marco final pesquisado (primeiro semestre de 2017), seja por meio da criação de normas seja pela promoção de espaços de apresentação de demandas sociais que podem ensejar a produção de normas e de políticas públicas. Muitos instrumentos normativos têm surgido a partir de demandas sociais, mas muitas dessas demandas são veiculadas por espaços criados pelo próprio Estado para a participação social. Por um lado, essa constatação aponta a importância da atuação estatal para a criação de direitos e políticas públicas para grupos vulneráveis, porém, por outro lado, pode implicar na dependência desses mesmo grupos do Estado. Desse modo, o mesmo Estado que oprime é aquele do qual os grupos oprimidos dependem para a garantia de direitos.

Em relação aos *autores das normas*, verificou-se que a maioria das normas foram elaboradas por secretarias. Parcela significativa foi, ainda, elaborada, por instituições com certo grau de autonomia, como os conselhos deliberativos, conselhos profissionais, Defensoria Pública, Ministério Público e universidades. Apenas fração mínima das normas foram elaboradas pelo Legislativo, todas em âmbito estadual. A produção normativa por secretarias pode representar um problema, porque implica numa fragmentação normativa, que gera precariedade, na medida em que um determinado direito pode valer em uma porta da Administração e não em outra. Além disso, a escassa produção normativa pelo Legislativo

demonstra fragilidade normativa, pois os instrumentos normativos utilizados podem ser facilmente revogados conforme a vontade da gestão do momento.

Analisando as normas *por região*, foi possível perceber uma maior produção normativa no Centro Oeste, no Brasil em geral, no Norte e no Nordeste. O Sul e o Sudeste apresentam a produção normativa bem menor em relação a essas outras regiões. Vários fatores podem contribuir para isso, como uma maior atuação do movimento social nas regiões com maior produção normativa, um maior conservadorismo daquelas com produção menor ou outras causas. A análise desse dado pode ser mais aprofundada em outra pesquisa, com outra metodologia.

Os *tipos* de arranjos normativos mais comuns encontrados foram portarias e resoluções, que, além de representarem instrumentos normativos bem mais frágeis do que a lei, conforme afirmado, possuem âmbito de validade restrito às gestões que os elaboram. Além disso, muitos desses instrumentos são considerados mais como orientações do que normas vinculantes, de fato.

Os *âmbitos regulados* mais comuns são as universidades, as escolas e a Administração Pública, de modo geral. A regulação geral é realizada por pequena parcela das normas. Conforme afirmado, esse dado é mais um indício da fragilidade das normas mapeadas, pois, até mesmo pela natureza delas, regulam o âmbito das gestões que as produziram e não produzem, em geral, efeitos externos em outros setores.

As *justificativas* das normas fundam-se, geralmente, em argumentos constitucionais; em justificativas diversas não embasadas em *standards* jurídicos ou institucionais; em normas infralegais e em leis.

Os *direitos assegurados* são: ao nome social, à não discriminação, ao uso de espaços conforme a identidade de gênero, à saúde, ao uso de caracteres de gênero, à alocação em cela ou ala específica, à educação, à visita íntima, ao trabalho, à alocação em unidades prisionais em conforme com a identidade de gênero, à incidência da Lei 11340/06; e a direitos previdenciários. Há também a previsão, em uma das normas, da inserção dos campos “orientação sexual” e identidade de gênero.

O direito previsto, de modo mais expressivo nas normas, é o ao nome social. Avaliando o conteúdo das normas que estabelecem esse direito, muitas limitações foram constatadas, tais como: necessidade de requerimentos formais, em alguns casos;

acompanhamento do nome social pelo nome civil, como regra geral ou em determinados casos, como reforço validativo; utilização apenas do nome civil, em determinados casos; necessidade de declaração/autorização dos pais ou responsáveis legais para menores de dezoito anos ou decisão judicial. Em alguns casos, verificou-se até mesmo a inscrição do nome entre parênteses, entre aspas ou com limite de caracteres.

Outros direitos previstos nas normas também apresentam condicionamentos excessivos, como é o caso do acesso a procedimentos de saúde específicos para a realização de alterações físicas em travestis e transexuais. Há a necessidade de indicação específica e acompanhamento prévio por equipe multiprofissional pelo prazo de dois anos para a realização de procedimentos cirúrgicos. Além disso a hormonioterapia somente pode ser realizada a partir dos 18 (dezoito) anos de idade e o a realização de procedimentos cirúrgicos apenas a partir de 21 (vinte e um) anos de idade, mesmo a maioridade civil sendo a partir dos 18 (dezoito) anos. Nos sistemas de privação de liberdade, o uso de caracteres de gênero é condicionado por critérios de “segurança e disciplina”. Há norma que exige a assinatura de “termo de autodeclaração de homossexualidade” para a permanência de travestis em alas específicas, que, além de confundir identidade de gênero com orientação sexual, impõe o enquadramento em um determinado estereótipo para ter acesso a esse direito. A alocação em unidade específica conforme a identidade de gênero é dependente da realização de procedimentos cirúrgicos, segundo algumas normas.

No que se refere, por fim, às *sanções*, a grande maioria das normas mapeadas não traz consequências para o caso de descumprimento. Além disso, menos da metade das normas encontradas trazem a previsão de *mecanismos de efetivação* de seus preceitos. Geralmente, quando esses mecanismos são previstos, o foco é apenas a divulgação dos atos normativos e não a capacitação e sensibilização daqueles que irão aplicar a norma, medida mais eficaz na concretização das normas.

Observei, ainda, que, apenas no sistema carcerário, são reafirmados os direitos à educação e ao trabalho, apesar do contexto de acentuada negação a travestis e transexuais desses direitos e, somente nesse contexto, os instrumentos normativos trazem prescrições intersetoriais.

Diante desse contexto normativo, aplicados os conceitos de Nancy Fraser e Judith Butler, é possível concluir o acerto da hipótese inicial apresentada na introdução: a convivência, na produção normativa mapeada, de conquistas com precariedades; de

reconhecimentos com autorizações e condicionamentos. No entanto, predomina, nos atos normativos pesquisados, um reconhecimento limitado e precariedades, como já advertido por Berenice Bento.

A proteção normativa a travestis e transexuais no Brasil é realizada por meio de mecanismos jurídicos frágeis; normas de aplicabilidade restrita a determinadas áreas; prescrições limitadas, que esvaziam o direito previsto, especialmente o direito ao nome; uso predominante, e quase unânime, de normas administrativas, facilmente alteráveis; exclusão dessa população do debate público legislativo, na medida em que as normas são, principalmente, emanadas do Poder Executivo, que as edita para atender demandas sociais, mas também pode, conforme o gestor do momento, retirá-las, para se curvar a outros interesses.

A precariedade que acompanha esses direitos traz à tona a “desumanização” dessa população. Autoriza a percepção por si mesmas e por outros como sujeitos a quem não foram atribuídos direitos de titularidade dos demais membros da comunidade, cuja perda não será sentida, cujo luto não se fará presente, cuja participação social não se faz nos mesmos termos que outras pessoas.

A tentativa de promover direitos de uma população altamente vulnerável deve sim ser reconhecida, como mecanismo provisório de dar respostas a problemas imediatos e urgentes. Não proponho, de modo algum, o abandono destas políticas, pois ainda são o pouco concedido na luta por direitos. No entanto, não posso deixar de denunciar a precariedade que o Estado impõe a essas pessoas, por meio dessa frágil e limitada estrutura normativa que, ao mesmo tempo, silencia e acalma a luta pelo respeito efetivo.

Quais vidas são passíveis de luto? É a pergunta de Judith Butler. A morte pode se dar de várias maneiras que não apenas a extinção do corpo físico. Quais vidas tem direito ao nome? Quais vidas tem direito a usar o banheiro? Que vidas o Direito, as leis, o Estado considera como dignas de serem vividas? Ter negados direitos tão fundamentais como o de existir de acordo com a própria identidade e com o nome com o que se reconhecem e até, por vezes, o direito de ir ao banheiro é similar a uma morte em vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUINSKY, Beatriz Gershenson; FERREIRA, Guilherme Gomes Ferreira; RODRIGUES, Marcelli Cipriani Rodrigues. **A carteira de nome social para travestis e transexuais no Rio Grande do Sul: entre polêmicas, alcances e limites.** In: FAZENDO GÊNERO, 10, 2013, Florianópolis, Anais... Rio Grande do Sul: PUCRS. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1382028691_ARQUIVO_FazendoGenero-AcarteiradenomesocialparatravestisetransexuaisnoRS-entrepolemicas,alcancesedebates.pdf. Acesso em 15 mai. 2017.

ANDRADE, Daniela. **Nome social é uma cidadania gambiarra.** Blogueiras feministas, 29 mai. 2014. Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2014/05/nome-social-e-uma-cidadania-gambiarra/>. Acesso em: 21 nov. 2017.

BARBOZA, Heloísa Helena. Disposição do próprio corpo em face da bioética: o caso dos transexuais. In: GOZZO, D.; LIGIERA, W. R. (orgs.). **Bioética e direitos fundamentais.** São Paulo: Saraiva, 2012.

BENTO, Berenice. **Brasil: país do transfeminicídio.** CLAM (Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos), 04 jun. 2014. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio_Berenice_Bento.pdf. Acesso em 20 mar. 2017.

_____. Identidade legal de gênero: reconhecimento ou autorização? In: COSTA, H. et al. **Retratos do Brasil homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos.** São Paulo: Edusp, 2010.

_____. **Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal.** Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 165-182, 2014. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/197>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. **O que é transexualidade.** São Paulo: Brasiliense, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2012.

Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>. Acesso em 20 mar. 2017.

BRETAS, Alexia. **Judith Butler e Nancy Fraser: uma breve introdução ao debate.** Idéias, Campinas, v. 7, n. 2, p. 227-248, jul-dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649503> . Acesso em 14 mar. 2017.

BUTLER, Judith. **Meramente cultural.** Idéias, Campinas, v. 7, n. 2, p. 227-248, jul-dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649503>. Acesso em 14 mar. 2017.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. **Vida precária.** Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 1, n. 1, p. 13-33, jan.-jun. 2011. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/issue/view/4>>. Acesso em 21 mar. 2017.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. **Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil.** Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, n. 14, p. 319-351, ago. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198464872013000200015&lng=en&nrm=iso . Acesso em 13 jul. 2017.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo.** São Paulo: Atlas, 2016.

DINIZ, Maria Helena. **O Estado atual do Biodireito.** São Paulo: Saraiva, 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvia. **Direito Administrativo.** Rio de Janeiro: Forense, 2016.

EUSTAQUIO JUNIOR, Cicero P.; BREGALDA, Marília M.; SILVA, Bianca R. da. **Qualidade de vida de detentos (as) da “Primeira Ala LGBT do Brasil”.** Revista Bagoas, Natal, n. 13, p. 253-277, 2015.

FERREIRA, Carolina Cutrupi Ferreira. **Legislar pela exclusão social: um estudo da atividade legislativa sobre cumprimento da pena de 1984 a 2011**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, Escola de Direito de São Paulo, 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8829/FERREIRA,Carolina.Legislar%20pela%20exclus%C3%A3o%20social.pdf>. Acesso em 12 ago. 2017.

FERREIRA, Guilherme G. **Travestis e prisões: a experiência social e a materialidade do sexo e do gênero sob o lusco-fusco do cárcere**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/vanal/Downloads/TravestiseprisesAexperinciasocialeamaterialidadedosexoedognerosoboluscofuscocodocrcere.pdf>>. Acesso em 09 set. 2017.

FRASER, Nancy. **A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação**. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 63, p. 7-20, out. 2002. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/63/RCCS63-Nancy%20Fraser-007-020.pdf>. Acesso em 10 out. 2017.

_____. **Heterossexismo, falso reconhecimento e capitalismo: uma resposta a Judith Butler**. Idéias, Campinas, v. 8, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8650019/16428>. Acesso em 23 jul. 2016.

_____. **Reconhecimento sem ética?**. Lua Nova, São Paulo, n. 70, p. 101-138, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452007000100006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 15 jun. 2016.

_____. **Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado**. Lua Nova, São Paulo, v. 77, p. 11-39, 2009. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/673/67313617001/>. Acesso em 12 ago. 2017.

GONÇALVES, Camila de Jesus Mello de. **Transexualidade e direitos humanos**. Curitiba: Juruá, 2014.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em 08 ago. 2017.

LEITE Jr, Jorge. **Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias "travesti" e "transsexual" no discurso científico**. São Paulo: Annablume. 2011.

LIMA, Luiza Ferreira. **A “verdade” produzida nos autos: uma análise de decisões judiciais sobre retificação de registro civil de pessoas transexuais em Tribunais brasileiros**. São Paulo: USP, 2015. <Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-22122015-094918/pt-br.php>>. Acesso em 14 abr. 2016.

LIMA, Maria Lúcia Chaves. **O uso do nome social como estratégia de inclusão escolar de transexuais e travestis**. São Paulo: PUC, 2013.

LOIS, Cecilia Caballero (coord.). **Delimitação das Atribuições entre os Poderes Executivo e Legislativo no Tocante à Regulamentação sobre Organização e Funcionamento da Administração Pública Federal (art. 84, VI c/c art. 61, 1, II, e): iniciativa privativa do Presidente, decreto autônomo e emendas parlamentares em questão**. (Série Pensando o Direito, n. 14). Brasília: Ministério da Justiça / PNUD, 2009.

LOIS, Cecilia Caballero; BASTOS Jr., Luis Magno Pinto. O mapeamento normativo na pesquisa jurídica: pressupostos políticos e jurídicos, caracterização metodológica e possibilidades de construção. In: BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. SECRETARIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS. **O papel da pesquisa política legislativa: metodologia e relato de experiências do Projeto Pensando o Direito**. Brasília: Ministério da Justiça, 2013, p. 51-62. Disponível em: < <http://pensando.mj.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/Volume-50-O-Papel-da-Pesquisa-na-Pol%C3%ADtica-Legislativa1.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **Direito ao reconhecimento de gays e lésbicas**. Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos, ano 2, n. 2, 2005.

MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. **“Inclusão” de travestis e transexuais através do nome social e mudança de prenome: diálogos iniciais com Karen Schwach e outras fontes**. Oralidades, São Paulo, ano 6, n. 11, jan.-jul. 2012. Disponível em: <http://diversitas.fflch.usp.br/>. Acesso em: 10 set. 2014.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. **Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades***. Cadernos Pagu,

Campinas, n. 39, p. 403-429, jul-dez 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n39/14.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2017.

MODOOD, Tariq. **A basis for and two obstacles in the way of a multiculturalist coalition**. The British Journal of Sociology, v. 59, Issue 1, p. 47-52, 2008. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-4446.2007.00180.x/abstract>>. Acesso em 04 ago. 2017.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. **Cidades trans: uma etnografia multi-situada nas fronteiras da antropologia urbana**. In: ENCONTRO ANUAL ANPOCS, 40., 2016, Caxambu, Anais... São Paulo: USP. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st23-5/10386-cidades-trans-uma-etnografia-multi-situada-nas-fronteiras-da-antropologia-urbana/file>. Acesso em 10 ago. 2017.

_____. **Uma política travesti: notas etnográficas sobre a campanha eleitoral de Fernanda Benvenutty na Paraíba**. In: ENCONTRO ANUAL ANPOCS, 35., 2011, Caxambu, Anais... João Pessoa: UFPB. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-35-encontro/gt-29/gt15-25/998-uma-politica-travesti-notas-etnograficas-sobre-a-campanha-eleitoral-de-fernanda-benvenutty-na-paraiba/file>. Acesso em 20 set. 2017.

NOBRE, Marcos; RODRIGUEZ, José Rodrigo. **Mulheres e políticas de reconhecimento no Brasil**. Revista Jurídica da Presidência, Brasília, v. 11, n. 94, p.1-59, jun./set. 2009. Disponível em: <https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/194/183>. Acesso em: 05 jul. 2016.

PASSOS, Amilton G. da S.. **Uma ala para travestis, gays e seus maridos: pedagogias institucionais da sobrevivência no Presídio Central de Porto Alegre**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

PAULA, Felipe de. **Avaliação Legislativa no Brasil: limites e possibilidades**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2157046/mod_resource/content/1/avalia%C3%A7%C3%A3o%20legislativa%20no%20brasil_felipe%20de%20paula_tese_2016.pdf. Acesso em 10 mar. 2017.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo**. São Paulo: Annablume, 2009.

_____. **Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCAR, v. 2, n. 2, p. 395-418, jul.-dez. 2012.

PRATES, Terezinha M. L. **Método legislativo, uma nova disciplina?** Revista do Ministério Público do Trabalho, Brasília, n. 06, p. 35-37, set. 1993.

Princípios de Yogyakarta. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em 23 jun. 2016.

RESADORI, Alice Hertzog. **Antidiscriminação e travestilidade no Brasil: critérios proibidos de discriminação e autodeclaração**. Porto Alegre: Uniritter, 2016.

RIOS, Roger Raupp. Notas para o desenvolvimento de um direito democrático da sexualidade. In: RIOS, Roger Raupp (org.). **Em defesa dos direitos sexuais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007, pp. 13-38.

SALINAS, Natasha Schmitt Caccia. **Avaliação legislativa no Brasil: apontamentos para uma nova agenda de pesquisa sobre o modo de produção das leis**. Revista Brasileira de Políticas Públicas, Brasília, v. 10, n. 1, p. 228-249, 2013. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/2219>. Acesso em: 15 jun. 2016.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **Eichmann, o Racismo Institucional e as Políticas Públicas: reflexões sobre o PIMESP e outras políticas**. Revista Gestão e Políticas Públicas, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 113-131, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/97889>>. Acesso em 13 set. 2016.

_____. **Re-conhecer ou reconhecer? Reflexões sobre direitos, diversidades e reconhecimento**. In: ACTA MEDIA XI, SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ARTEMÍDIA E CULTURA DIGITAL, 2014.

SCHOLZ, Roshwita. **O valor é o homem**. Novos Estudos CEBRAP, nº 45, p.15-36, jul. 1996.

SHARMA, Jaya. Reflexões sobre a linguagem dos direitos de uma perspectiva queer*. In: CORNWAL, Andrea; JOLLIE, Susy. **Questões de sexualidade: ensaios transculturais**. Rio de Janeiro: ABIA, 2008.

SIMÕES, Julio; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SIMPSON, Keila. Transexualidade e travestilidade na saúde. In: BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA, DEPARTAMENTO DE APOIO À GESTÃO PARTICIPATIVA. **Transexualidade e travestilidade na saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

TERRA, João; PRADO, André. **Contra-hegemonia: direitos humanos da população LGBT diante dos discursos jurídicos heteropatriarcais**. Revista Gênero e Direito, n. 01, 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/ged/article/view/18295>. Acesso em 17 mai. 2016.

TONHON, Magô; VERGUEIRO, Viviane. **Nome social é direito!** Transfeminismo, 24 mai. 2016. Disponível em: <https://transfeminismo.com/nome-social-e-direito/>. Acesso em: 21 nov. 2017.

TRANSGENDER EUROPE. **Trans Murder Monitoring: TMM Numbers (2008-2015)**, 2015. Disponível em: <http://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/>. Acesso em: 27 mar. 2016.

ZAMBONI, Márcio. **O barraco das monas na cadeia dos coisas: notas etnográficas sobre a diversidade sexual e de gênero no sistema penitenciário**. ARACÊ – Direitos Humanos em Revista, São Paulo, ano 4, nº 5, p. 93-115, 2017.

ZAMBONI, Marcio. **Travestis e Transexuais Privadas de Liberdade: a (des) construção de um Sujeito de Direitos**. Revista Euroamericana de Antropologia (REA), Salamanca, n. 2, 2016.

REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS PESQUISADAS

ACRE (Estado). Decreto nº 7312, de 03 de agosto de 2017. Dispõe sobre o uso do nome social de todas as pessoas travestis, transexuais e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida para fins de identificação no âmbito do Estado do Acre. **Diário Oficial do Estado do Acre**, Acre, 04 ago. 2017, p. 2. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/155872159/doeac-unico-04-08-2017-pg-2>>. Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Estado da Polícia Civil. Portaria nº 272, de 31 de março de 2017. **Diário Oficial do Estado do Acre**, Acre, 03 abr. 2017, p. 8. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/142225205/doeac-unico-03-04-2017-pg-8?ref=previous_button>. Acesso em: 22 de out. de 2017.

ALAGOAS (Estado). Conselho Estadual de Educação. Resolução nº 53/2010-CEE/AL, de 13 de setembro de 2010. Dispõe sobre a inclusão do nome social de travestis e transexuais os registros escolares nas Unidades de Ensino de educação básica do Sistema Estadual de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Alagoas**, Alagoas, 13 set. 2010. Disponível em <<http://cee.al.gov.br/legislacao/atos-normativos/resolucoes-cee/resolucao%2053%20de%202010.pdf>>. Acesso em 23 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. Portaria SEE nº 117/2014, de 07 de fevereiro de 2014. Dispõe sobre Competências, Normas e Procedimentos para o preenchimento, manutenção, guarda e arquivamento dos Diários de Classe das escolas da Rede Estadual de Educação de Alagoas. **Diário Oficial do Estado do Alagoas**, Alagoas, 13 jul. 2014, p. 8. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/66247508/doeal-diario-oficial-14-02-2014-pg-8/pdfView>>. Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos – SEMUDH. Portaria nº 110/2016, de 28 de junho de 2016. **Diário Oficial do Estado do Alagoas**. Alagoas, 07 jul. 2016, p. 18. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/119970261/doeal-diario-oficial-07-07-2016-pg-18?ref=previous_button>. Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. Secretária de Estado de Ressocialização e Inclusão Social. Portaria nº 202/2017, de 29 de março de 2017. Regulamenta os direitos da população LGBT recolhida nas unidades prisionais do estado de alagoas. **Diário Oficial do Estado do Alagoas**, Alagoas, 30 mar.

2017, p. 16. Disponível em: < <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/141643890/doeal-poder-executivo-30-03-2017-pg-16/pdfView>>. Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. Resolução nº 004/2013, de 22 de maio de 2013. Regulamenta a garantia aos membros da comunidade acadêmica (professores, alunos e servidores técnico-administrativos) Lésbicas, Gays, Transgêneros, Transexuais, Travestis, Bissexuais e Heterossexuais o uso de um “nome social” no âmbito da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. **Diário Oficial do Estado do Alagoas**. Alagoas, 22 set. 2013. Disponível em: < <http://www.uneal.edu.br/orgaos/consu/resolucoes-1/resolucao-n-04-2013-consu-regulamenta-o-uso-de-um-nome-social.pdf>>. Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. UNCISAL - Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas. Portaria nº 023/2017, de 10 de fevereiro de 2017. **Diário Oficial do Estado do Alagoas**, Alagoas, 14 fev. 2017, p. 23. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/137326347/doeal-diario-oficial-14-02-2017-pg-23/pdfView>>. Acesso em: 22 de out. de 2017.

AMAPÁ (Estado). Conselho Estadual de Educação. Resolução nº 055/14- CEE/AP, de 17 de setembro de 2014. Dispõe sobre a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares internos das escolas públicas e privadas da Educação Básica e do Ensino Superior do sistema estadual de ensino do Amapá. **Diário Oficial do Estado do Amapá**, Amapá, 20 out. 2014. Disponível em: < <http://www.gestor.ap.gov.br/editor/Arquivos/Texto/Gestora7563c14ce1b916764b40846f66ef9d2Texto.pdf>>. Acesso em: 22 de out. de 2017.

AMAZONAS (Estado). Assembleia Legislativa. Lei extraordinária nº 3079/2014, de 02 de agosto de 2006. Dispõe sobre o combate à prática de discriminação em razão de orientação sexual do indivíduo, a aplicação das penalidades decorrentes e dá providências. **Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas**, Amazonas. Disponível em: <<http://dh.sdh.gov.br/download/conferencias/legislacao-LGBT/AM.pdf>>. Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. Conselho Estadual de Educação. Resolução nº 033/2013 – CEE/AM, de 16 de abril de 2013. Dispõe sobre o registro do Nome Social de travestis e transexuais em documentos de atendimento nas Unidades da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos = SE/US. **Diário Oficial do Estado do Amazonas**, Amazonas, 08 jan. 2014, p. 02. Disponível em: <

<http://diario.imprensaoficial.am.gov.br/diariooficial/consultaPublica.do;jsessionid=B1E67F0CE3D46A4DC648636461F8B2CC>>. Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. Conselho Estadual de Saúde. Resolução CES/AM n° 022, de 30 de julho de 2013. Dispõe sobre a inserção do nome social de Travestis e Transexuais em fichas de atendimentos, prontuários, cartão SUS e outros documentos internos de todas as Unidades Estaduais de Saúde Pública do Amazonas. **Diário Oficial do Estado do Amazonas**, Amazonas, 27 ago. 2013, p. 10. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=258079>>. Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS. Portaria n° 438/2009/GSEAS. **Diário Oficial do Estado do Amazonas**. Amazonas, 15 dez. 2009, p. 10. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/27180209/pg-10-poder-executivo-diario-oficial-do-estado-do-amazonas-doeam-de-15-12-2009/pdfView>>. Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos. Portaria n° 002/2014, de 08 de janeiro de 2014. Estabelece normas para a utilização do nome social nos Registros Escolas Internos das Escolas do Sistema Educacional do Estado do Amazonas. **Diário Oficial do Estado do Amazonas**, Amazonas, 17 mai. 2013, p. 09. Disponível em: <<http://diario.imprensaoficial.am.gov.br/diariooficial/consultaPublica.do;jsessionid=B1E67F0CE3D46A4DC648636461F8B2CC>>. Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Estado de Segurança Pública. Portaria n° 057/2014, de 02 de abril de 2014. **Diário Oficial do Estado do Amazonas**, Amazonas, 09 abr. 2014, p. 16. Disponível em: <<http://diario.imprensaoficial.am.gov.br/diariooficial/consultaPublica.do;jsessionid=B1E67F0CE3D46A4DC648636461F8B2CC>>. Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. Universidade Estadual do Amazonas. Resolução n° 004/2015, de 09 de janeiro de 2015. Dispõe sobre inclusão de nome social de travestis e transexuais no âmbito da Universidade do Estado do Amazonas. **Diário oficial do Estado do Amazonas**, Amazonas, 09 jan. 2015. Disponível em: <<http://data.uea.edu.br/ssgp/area/1/res/4303-4.pdf>>. Acesso em: 22 de out. de 2017.

BAHIA (Estado). Conselho Estadual de Educação. Resolução n° 120/2013, de 05 de novembro de 2013. Dispõe sobre a inclusão do nome social dos/das estudantes travestis, transexuais e outros no tratamento, nos registros escolares e acadêmicos nas instituições de ensino que integram o Sistema de Ensino do Estado da Bahia e dá outras providências. **Diário oficial do Estado do Amazonas**, Amazonas, 20 dez. 2013. Disponível em: <

http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/Resolucao_CEE_N_120_2013_e_Indicacao.pdf>. Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da UESB. Resolução nº 083/2014, de 28 de outubro de 2014. Normatiza a inclusão do nome social de estudantes travestis e transexuais nos registros acadêmicos da instituição. **Vitória da Conquista: Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão-Consepe**, Bahia, 28 out. 2014. Disponível em: <
<http://www2.uesb.br/consepe/arquivos/9696Resolu%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A3o%2083-2014%20-%20Normatiza%20a%20inclus%C3%83%C2%A3o%20do%20nome%20social%20-%20travestis%20e%20transexuais%20-%20ad%20referendum.pdf>>. Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. Conselho Universitário da UESC. Resolução nº 009/2015, de 25 de junho de 2015. Normatiza a inclusão do nome social de estudantes travestis, transexuais e não-binários nos registros e tratamentos acadêmicos da instituição. **Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz**, Bahia. Disponível em: <
http://www.uesc.br/conselhos/consu/anuais/consu_2014_2016.pdf >. Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. Defensoria Pública do Estado da Bahia. Portaria nº 392/2014, de 28 de maio de 2014. **Salvador: Defensoria Pública do Estado da Bahia**, Bahia, 28 mai. 2014. Disponível em:<http://web2.defensoria.ba.def.br/portal/index.php?site=1&modulo=eva_conteudo&co_cod=11168>. Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. Defensoria Pública do Estado da Bahia. Resolução nº 479/2015, de 19 de junho de 2015. **Salvador: Defensoria Pública do Estado**. Disponível em: <
http://web2.defensoria.ba.def.br/portal/index.php?site=1&modulo=eva_conteudo&co_cod=13250&popup=true&imprimir=true>. Acesso em: 22 de out. de 2017.

BRASIL (UFRN). Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFRN. Resolução nº 232/2012-CONSEPE, de 04 de dezembro de 2012. Aprova a utilização do nome social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte -UFRN. **Natal: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão**. Disponível em: <
http://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/2012158201275213113306f140fcad596/res2322012-aprova_a_utilizao_do_nome_social_na_UFRN..docx> Acesso em: 22 de out. De 2017.

____ (UFRR). Conselho Universitário Roraima. Resolução nº 006/2015-CUni., 27 de abril de 2015. Dispõe sobre o uso de nome social no âmbito da Universidade Federal de Roraima (UFRR). **Boa Vista: Conselho Universitário UFRR.** Disponível em: <https://ufrr.br/conselhos/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=4224:resol-006-15-cuni-dispoe-sobre-o-uso-de-nome-social-no-ambito-da-universidade-federal-de-roraima&id=177:resolucoes-2015&Itemid=403>. Acesso em 23 de out. De 2017.

____. (UFRRJ). Conselho Universitário Da Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro. Deliberação nº 43, de 29 de julho de 2014. **Rio de Janeiro: Conselho Universitário da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.** Disponível em: <http://www.ufrrj.br/soc/DOCS/deliberacoes/consu/Deliberacoes_2014/Delib043CONS02014.pdf> Acesso em: 22 de out. de 2017.

____ (UFS). Ministério da Educação. Portaria nº 3383, de 04 de outubro de 2013. **Portaria UFSs.** Disponível em: <<http://portarias.ufs.br/conteudo/41966-Altera--a-portaria-n%C2%BA-2209-que-regulamenta-o-uso-do-nome-social-de-Travestis-e-transexuais>> Acesso em 22 de out. de 2017.

____ (UFSC). Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina. Resolução normativa número 18/CUn, de 24 de abril de 2012. Dispõe sobre o uso do nome social por travestis e transexuais para fins de inscrição no concurso vestibular e nos registros acadêmicos no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina e dá outras providências. **Florianópolis: Conselho Universidade Federal de Santa Catarina.** Disponível em: <http://propg.ufsc.br/files/2016/01/Resolu%C3%A7%C3%A3oNormativa_18CUn2012_NomeSocial.pdf>; Acesso em 21 de out. de 2017.

____(UFSM). Reitoria da Federal de Santa Maria. Resolução nº 10/2015, de 03 de junho de 2015. Dispõe sobre o uso do nome social de travestis e transexuais no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria, dá outras providências. **Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria.** Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/derca/images/RESOLUCAO0102015NOMESOCIAL.pdf>>. Acesso em: 23 de out. de 2017.

____(UFT). Universidade Federal do Tocantins. Portaria normativa nº 402, de 04 de março de 2015. Regular o uso do nome social de travestis e transexuais, nos registros acadêmicos da Universidade Federal do Tocantins. **Palmas: Boletim Interno**

da Universidade Federal do Tocantins. 26 mar. 2015, p.2. Disponível em: <<http://docs.uft.edu.br/share/s/K8WcKrbMRlq8PuaKFRdggz>>. Acesso em: 25 de out. De 2017.

_____. (UFES). Resolução n° 23/2014, de 26 de junho de 2014. Aprova a utilização do nome social por discentes, servidores técnico-administrativos em educação e docentes no âmbito da Universidade Federal do Espírito Santo e dá outras providências. **Vitória: Conselho Universitário UFES.** Disponível em: <http://www.daocs.ufes.br/sites/daocs.ufes.br/files/field/anexo/resolucao_no._23.2014_-_nome_social_para_travestis_e_transexuais.pdf>. Acesso em 24 de out. De 2017.

_____. (UFMA). Resolução n° 242, de 10 de setembro de 2015. Aprova o uso do nome social no âmbito da Universidade Federal do Maranhão. **São Luís: Universidade Federal do Maranhão.** Disponível em: <<http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/7MNQdXZ9aIQYdOw.pdf>>. Acesso em 24 de out. De 2017.

_____. Atos do Poder Judiciário. Decreto n° 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial da União**, 29 abr. 2016, p. 1. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=29/04/2016>> Acesso em: 22 de out. de 2017

_____. Banco Central do Brasil. Carta Circular n° 3813, de 07 de abril de 2017. Esclarece sobre a identificação de depositante para fins de abertura de contas de depósitos **Diário Oficial da União**, 11 abr. 2017, p. 16. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/143012970/dou-secao-1-11-04-2017-pg-16>>. Acesso em 24 de out. De 2017.

_____. Conselho Federal de Administração. Resolução n° 517, de 29 de junho de 2017. Altera a Resolução Normativa CFA n° 462, de 22 de abril de 2015, para dispor sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito dos Conselhos Federal e Regionais de Administração, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 30 jun. 2017, p. 270. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=270&data=30/06/2017>>. Acesso em 24 de out. De 2017.

_____. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução n° 537, de 22 de fevereiro de 2017. Dispõe sobre o uso do nome social pelos profissionais de enfermagem travestis e transexuais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 22 mar. 2017, p. 157. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=157&data=22/03/2017>>. Acesso em 24 de out. De 2017.

_____. Conselho Federal de Psicologia. Resolução n° 14, de 20 de junho de 2011. Dispõe sobre a inclusão do nome social no campo "observação" da Carteira de Identidade Profissional do Psicólogo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 24 jun. 2011, p.250. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=205&data=24/06/2011>>. Acesso em: 23 de out. de 2017

_____. Conselho Federal de Serviço Social. Resolução CFESS n° 615, de 08 de setembro de 2011. Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do(a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional. **Brasília: Boletim Conselho Federal de Serviço Social**. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=27/12/2016&jornal=1&pagina=327&totalArquivos=332>>. Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. Conselho Federal de Serviço Social. Resolução n° 785, de 22 de dezembro de 2016. Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e da/do assistente social transexual no Documento de Identidade Profissional. **Diário Oficial da União**, 27 dez. 2016, p. 327. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/133928827/dou-secao-1-27-12-2016-pg-327/pdfView>>. Acesso em: 22 de out. De 2017.

_____. Conselho Nacional De Combate À Discriminação E Promoção Dos Direitos De Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis E Transexuais– Cncc/LGBT. Resolução n° 11, de 18 de dezembro de 2014. Estabelece os parâmetros para inclusão dos itens "orientação sexual", "identidade de gênero" e "nome social" nos boletins de ocorrência emitidos pelas autoridades policiais do Brasil. **Diário Oficial de União**. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncc-lgbt/resolucoes/resolucao-011>> Acesso em: 24 de out. de 2017.

_____. Conselho Nacional De Combate À Discriminação E Promoção Dos Direitos De Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis E Transexuais– Cncc/LGBT. Resolução n° 12, de 16

de janeiro de 2015. Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização. **Diário Oficial da União**, 12 mar. 2015, p. 3. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=3&data=12/03/2015>> Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Resolução nº 1, de 15 de abril de 2014. **Diário Oficial da União**, 17 abr. 2014, p. 1. Disponível em: <http://justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/politicas-2/diversidades/normativos-2/resolucao-conjunta-no-1-cnpc-e-cncd_lgbt-15-de-abril-de-2014.pdf> Acesso em: 26 de out. De 2017.

_____. Defensoria Pública da União. Resolução nº 108, de 05 de maio de 2015. **Diário Oficial da União**, 14 mai. 2015, p. 43. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/91878043/dou-secao-1-14-05-2015-pg-43>>. Acesso em: 22 de out. De 2017.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 1820, de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da Saúde. **Diário Oficial da União**, 14 ago. 2009, p.80. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2009/01_set_carta.pdf> Acesso em 24 de out. de 2017.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 2803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, 21 nov. 2013, p.25. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=25&data=21/11/2013>> Acesso em: 24 de out. de 2017

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 2836, de 01 de dezembro de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). **Diário Oficial da União**. 02 dez. 2011, p.35 Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=35&data=02/12/2011>> Acesso em 22 de out. de 2017.

_____. Ministério da Saúde. Portaria n° 859, de 30 de julho de 2013. Redefine e amplia o Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde - SUS. **Diário Oficial da União**, 31 jul. 2013, p.82. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=31/07/2013&jornal=1&pagina=82&totalArquivos=128>> Acesso em 23 de out. de 2017.

_____. Ministério da Saúde. Portaria n° 1579, de 31 de julho de 2013. Suspende os efeitos da Portaria no 859/SAS/MS de 30 de julho de 2013. **Diário Oficial da União**, 01 ago. 2013, p.48. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=48&data=01/08/2013>> Acesso em 23 de out. de 2017.

_____. Ministério da Saúde. Resolução n° 1707, de 18 de agosto de 2008. Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o processo Transsexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <<http://www.bvsmms.saude.gov.br>>. Acesso em 24 de out. De 2017.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria n° 233, de 18 de maio de 2010. **Diário Oficial da União**, 19 mai. 2010, p.76. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=76&data=19/05/2010>> Acesso em 24 de out. de 2017.

_____. Ordem dos Advogados do Brasil. Resolução n° 5, de 07 de julho de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil e altera o caput e o § 1o do art. 24, o § 1o do art. 24- A e o inciso III do art. 33, acrescenta o parágrafo único do art. 33 e altera o inciso II do art. 34, o art. 38, o § 3o do art. 128, o § 4o do art. 131, o inciso I do art. 132, o inciso II do art. 137 e os §§ 3o e 4o do art. 137-D do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB. **Diário Oficial da União**, 05 jul. 2016, p. 52. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=52&data=05/07/2016>>. Acesso em: 24 de out. De 2017.

_____. Presidência da República. Lei n° 11340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e

Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.. **Diário Oficial da União**, 08 ago. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em 24 de out. De 2017

_____. Secretaria de Direitos Humanos. Portaria nº 766, de 03 de julho de 2013. Institui o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência Contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 4 jul. 2013, p. 2. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=2&data=04/07/2013>> Acesso em: 25 de out. de 2017.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 1612, de 17 de novembro de 2011. **Diário Oficial da União**, 21 nov. 2011, p.67. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=67&data=21/11/2011>> Acesso em 22 de out. De 2017.

CEARÁ (Estado). Administração Pública do Estado do Ceará. Decreto nº 32.226/2017, de 17 de maio de 2017. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública estadual direta e indireta e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Ceará, 17 mai. 2017, p. 3. Disponível em: < <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/146829625/doece-17-05-2017-pg-3/pdfView>>. Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. Defensoria Pública do Estado do Ceará. Instrução Normativa nº 03, de 30 de julho de 2012. Dispõe sobre a inclusão do nome social do assistido ou assistida nos registros internos e documentos da defensoria pública geral do estado do Ceará e dá outras providências. **Diário oficial do Estado do Ceará**, Ceará, 07 ago. 2012, p. 108. Disponível em: < <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/39339883/doece-caderno-2-07-08-2012-pg-109/pdfView> > Acesso em: 23 de out. de 2017.

_____. Conselho Estadual de Educação. Resolução nº 437/2012, de 11 de abril de 2012. Dispõe sobre a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares internos do Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências. **Fortaleza: Sessão Plenária do Conselho Estadual de Educação do Estado do Ceará**, Ceará. Disponível em:

< <http://www.cee.ce.gov.br/phocadownload/resolucoes/resoluo%20437.2012.pdf> >. Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. Conselho Universitário da UECE. Resolução nº 1147/2015, de 05 de março de 2015. Dispõe sobre a inclusão do nome social travestis e transexuais nos registros funcionais e acadêmicos dos servidores e estudantes da Universidade Estadual do Ceará. **Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará**, Ceará. Disponível em: < <http://www.cee.ce.gov.br/phocadownload/resolucoes/resoluo%20437.2012.pdf> >. Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará. Portaria nº 30/2017, de 10 de março de 2017. Amplia o atendimento especializado nas delegacias de defesa da mulher (ddm's), no estado do Ceará, às mulheres travestis e transexuais em situação de violência doméstica e familiar, prevista na lei 11.340/06. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Ceará, 05 abr. 2017, p. 74. Disponível em: < <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/142547307/doece-05-04-2017-pg-74/pdfView> >. Acesso em: 22 de out. de 2017.

DISTRITO FEDERAL (Estado). Administração Pública. Decreto nº 34350, de 08 de maio de 2013. Regulamenta a Lei nº 2.615, de 26 de outubro de 2000, que dispõe sobre sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pessoas no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, 09 mai. 2013, p. 1. Disponível em: < http://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2013/05_Maio/DODF%20094%2009-05-2013&arquivo=DODF%20094%2009-05-2013%20SECAO1.pdf >. Acesso em: 23 de out. de 2017.

_____. Casa Civil. Portaria nº 34, de 05 de agosto de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, 08 ago. 2016, p. 1. Disponível em: < http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2016/08_Agosto/DODF%20150%2008-08-2016/DODF%20150%2008-08-2016%20SECAO1.pdf >. Acesso em: 23 de out. de 2017.

_____. Casa Militar. Portaria nº 07, de 24 de junho de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais atendidas no âmbito da Casa Militar da Governadoria do Distrito Federal. **Diário Oficial do**

Distrito Federal, Brasília, 27 jun. 2016, p. 6. Disponível em: <
http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2016/06_Junho/DODF%20121%2027-06-2016/DODF%20121%2027-06-2016%20SECAO1.pdf>. Acesso em: 23 de out. de 2017.

_____. Governo do Estado. Decreto n° 37982, de 30 de janeiro de 2017. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans - travestis, transexuais e transgêneros - no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, 31 jan. 2017, p. 1. Disponível em: <
http://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2017/01_Janeiro/DODF%20022%2031-01-2017&arquivo=DODF%20022%2031-01-2017%20INTEGRA.pdf>. Acesso em: 23 de out. de 2017.

_____. Instituto De Previdência Dos Servidores Do Distrito Federal. Portaria n° 31, de 16 de setembro de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - Iprev/DF, e dá outras providências. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, 20 set. 2016, p. 3. Disponível em: <
http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2016/09_Setembro/DODF%20178%2020-09-2016/DODF%20178%2020-09-2016%20SECAO1.pdf#page=3>. Acesso em: 23 de out. de 2017.

_____. Instituto Do Meio Ambiente E Dos Recursos Hídricos Do Distrito Federal. Instrução n° 337, de 26 de dezembro de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social de pessoas trans no âmbito do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal - Instituto Brasília Ambiental - IBRAM.. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, 28 dez. 2016, p. 39. Disponível em: <
http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2016/12_Dezembro/DODF%20244%2028-12-2016/DODF%20244%2028-12-2016%20INTEGRA.pdf#page=39>. Acesso em: 23 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Estado da Agricultura. Portaria n° 60, de 12 de agosto de 2016. Dispõe sobre o registro do Nome Social de travestis e transexuais no âmbito da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, 16 ago. 2016, p. 12. Disponível em: <
http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2016/08_Agosto/DODF%20154%2016-08-

2016/DODF%20154%2016-08-2016%20SECAO1.pdf#page=12>. Acesso em: 23 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Estado da Cultura. Portaria n° 01, de 15 de janeiro de 2015. Dispõe sobre o registro do Nome Social de travestis e transexuais no âmbito da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, 19 jan. 2015, p. 49. Disponível em: < http://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2015/01_Janeiro/DODF%20014%2019-01-2015&arquivo=DODF%20014%2019-01-2015%20SECAO1.pdf>. Acesso em: 23 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Estado da Fazenda. Portaria n° 126, de 12 de julho de 2016. Dispõe sobre a utilização do nome social no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, 13 jul. 2016, p. 5. Disponível em: < http://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2016/07_Julho/DODF%20133%2013-07-2016&arquivo=DODF%20133%2013-07-2016%20SECAO1.pdf>. Acesso em: 23 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Estado da Mulher. Portaria n° 02, de 29 de janeiro de 2013. Dispõe sobre o registro do Nome Social de travestis e transexuais em documentos de atendimento nas Unidades da Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, 29 jan. 2013, p. 12. Disponível em: < http://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2013/01_Janeiro/DODF%20023%2029-01-2013&arquivo=DODF%20023%2029-01-2013%20SECAO1.pdf>. Acesso em: 23 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Estado das Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude. Portaria n° 12, de 27 de janeiro de 2015. Dispõe sobre o registro do Nome Social de travestis e transexuais em documentos de atendimento nas Unidades da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, 28 jan. 2015, p. 22. Disponível em: < https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/images/agencia_brasilia/2015/01%20-%20JANEIRO/Portaria%2012%20-%20nome%20social%20-%2027-01-2015.pdf>. Acesso em: 23 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda. Portaria nº 134, de 13 de outubro de 2010. Dispõe sobre o registro do Nome Social de travestis e transexuais em documentos de atendimento nas Unidades da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, 14 out. 2010, p. 5. Disponível em: <http://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2010/10_Outubro/DODF%20197%2014-10-2010&arquivo=DODF%20197%2014-10-2010%20SECAO1.pdf>. Acesso em: 23 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Estado de Economia. Portaria nº 147, de 12 de agosto de 2016. Dispõe sobre o registro do Nome Social de travestis e transexuais no âmbito da Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável do Distrito Federal. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, 03 ago. 2016, p. 13. Disponível em: <http://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2016/08_Agosto/DODF%20153%2012-08-2016&arquivo=2016_08_12_dodf01.pdf>. Acesso em: 23 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Estado de Educação. Portaria nº 013, de 09 de fevereiro de 2010. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, 10 fev. 2017, p. 12. Disponível em: <http://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2010/02_Fevereiro/DODF%20029%2010-02-2010&arquivo=DODF%20029%2010-02-2010%20SECAO1.pdf>. Acesso em: 23 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Estado de Educação. Portaria nº 064, de 25 de outubro de 2012. Dispõe sobre o registro do Nome Social de travestis e transexuais em documentos de atendimento nas Unidades da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, 26 out. 2012, p. 22. Disponível em: <http://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2012/10_Outubro/DODF%20218%2026-10-2012&arquivo=DODF%20218%2026-10-2012%20SECAO1.pdf>. Acesso em: 23 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Estado de Esporte. Portaria nº 90, de 07 de agosto de 2016. Dispõe sobre o registro do Nome Social de travestis e transexuais no âmbito da Secretaria de Estado do Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, 16 ago. 2016, p. 18. Disponível em: <

http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2016/08_Agosto/DODF%20154%2016-08-2016/DODF%20154%2016-08-2016%20SECAO1.pdf#page=12>. Acesso em: 23 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Portaria n° 47, de 01 de julho de 2016. Dispõe sobre o registro do Nome Social de travestis e transexuais no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, 05 jul. 2016, p. 07. Disponível em: < http://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2016/07_Julho/DODF%20127%2005-07-2016&arquivo=DODF%20127%2005-07-2016%20SECAO1.pdf >. Acesso em: 23 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Estado do Trabalho e do Empreendedorismo. Portaria n° 55, de 16 de abril de 2015. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, 22 abr. 2015, p. 20. Disponível em: < http://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2015/04_Abril/DODF%20077%2022-04-2015&arquivo=DODF%20077%2022-04-2015%20SECAO1.pdf >. Acesso em: 23 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Habitação. Portaria n° 68, de 29 de julho de 2016. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, 29 jul. 2016, p. 55. Disponível em: < http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2016/07_Julho/DODF%20145%2029-07-2016/DODF%20145%2029-07-2016%20SECAO1.pdf#page=55 >. Acesso em: 23 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos. Portaria n° 57, de 11 de julho de 2016. Dispõe sobre o registro do Nome Social de travestis e transexuais no âmbito da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, 12 jul. 2016, p. 12. Disponível em: < http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2016/07_Julho/DODF%20132%2012-07-2016/DODF%20132%2012-07-2016%20SECAO1.pdf#page=12 >. Acesso em: 23 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Mobilidade. Portaria n° 23, de 18 de julho de 2016. Dispõe sobre o registro do Nome Social de travestis e transexuais em documentos. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, 20 jul. 2016, p. 5. Disponível em: < http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2016/07_Julho/DODF%20138%2020-07-

2016/DODF%20138%2020-07-2016%20SECAO1.pdf#page=5>. Acesso em: 23 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria nº 245, de 13 de julho de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social de pessoas travestis e transexuais no âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, 14 jul. 2016, p. 4. Disponível em: <http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2016/07_Julho/DODF%20134%2014-07-2016/DODF%20134%2014-07-2016%20SECAO1.pdf#page=4>. Acesso em: 23 de out. de 2017.

ESPIRITO SANTO (Estado). Conselho Estadual de Educação. Resolução nº 2735/2011, de 16 de maio de 2011. Dispõe sobre os parâmetros para a Inclusão do Nome Social de Travestis e Transexuais nos Registros Escolares das Escolas do Sistema Estadual de Ensino do Espírito Santo. **Diário Oficial do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 20 mai. 2011. Disponível em: <<https://cee.es.gov.br/resolucoes-normativas-2011>>. Acesso em: 23 de out. de 2017.

_____. Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo. Portaria CARH/DPES nº 001/2017. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento de identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito administrativo da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo. **Diário Oficial do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 25 jan. 2017, p. 50. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/136891127/doees-normal-25-01-2017-pg-50/pdfView>>. Acesso em: 23 de out. de 2017.

GOIÁS (Estado). Conselho Estadual de Educação. Resolução nº 2, de 03 de julho de 2014. Altera Resolução CEE/CP N. 5/2009, que dispõe sobre uso do nome social de travestis transexuais nos registros escolares dá outras providências. **Goiânia: Conselho Estadual de Educação**, 03 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2014-12/2014-2-normativa-resolucao.pdf>>. Acesso em: 23 de out. de 2017.

_____. Conselho Estadual de Educação. Resolução nº 5, de 05 de abril de 2009. Dispõe sobre a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares e dá outras providências. **Goiânia: Conselho Estadual de Educação**, 03 mai. 2009. Disponível em: <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/links/arq_780_2008-Resolucao-CP-05.pdf>. Acesso em: 23 de out. de 2017.

_____. Governo do Estado. Decreto n° 8716, de 04 de agosto de 2016. Dispõe sobre a adoção e utilização do nome social por parte de pessoas travestis e transexuais relativamente à fruição de serviços públicos ofertados, no âmbito do Poder Executivo, pelos órgãos e pelas entidades da Administração direta e indireta. **Goiânia: Governo do Estado de Goiás**, 04 ago. 2016. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_decretos.php?id=15852>. Acesso em: 23 de out. de 2017.

MARANHÃO (Estado). Conselho Estadual de Educação. Resolução n° 242/2010, de 19 de agosto de 2010. Dispõe sobre a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros internos de documentos escolares das instituições de ensino integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Maranhão e dá outras providências. **São Luís: Conselho Estadual de Educação**. Disponível em: <<http://conselhodeeducacao.ma.gov.br/files/2017/01/RESOLU%C3%87%C3%83O-2010-242.pdf>> Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. Defensoria Pública do Maranhão. Resolução n° 009, de 23 de março de 2011. Estabelece o direito ao uso e tratamento pelo nome social às travestis e transexuais, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Maranhão. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**, 25 mar. 2011, p. 1. Disponível em: <<http://diariooficial.ma.gov.br/public/index.jsf>> Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. Ministério Público do Estado do Maranhão. Ato Regulamentar n° 10/2017, de 06 de abril de 2017. Regulamenta a atuação do Ministério Público na proteção do direito fundamental à não discriminação e não submissão a tratamentos desumanos e degradantes de pessoas travestis e transexuais, especialmente quanto ao direito ao uso do nome social. **Diário da Justiça do Estado do Maranhão**, 06 abr. 2017, p. 1. Disponível em: <https://www.mpma.mp.br/arquivos/biblioteca/legislacao/atos_regulamentares/6985_ato_regulamentar_10_2017.pdf> Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária. Portaria n° 41, de 12 de maio de 2014. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**, 15 mai. 2012, p. 22. Disponível em: <<http://diariooficial.ma.gov.br/public/index.jsf>> Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Estado da Administração Penitenciária. Portaria n° 526/2011, de 14 de julho de 2016. Regulamenta os procedimentos de admissão e desligamento de presos junto

ao Sistema Prisional gerido por esta Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**, 18 jul. 2016, p. 36. Disponível em: < <http://diariooficial.ma.gov.br/public/index.jsf> > Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Estado da Administração Penitenciária. Portaria n° 442/2012, de 28 de novembro de 2012. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**, 28 nov. 2012, p. 6. Disponível em: < <http://diariooficial.ma.gov.br/public/index.jsf> > Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Estado da Mulher. Portaria n° 16/2011, de 15 de abril de 2011. Dispõe sobre a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros internos de documentos escolares das instituições de ensino integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Maranhão e dá outras providências. **Diário da Justiça do Estado do Maranhão**, 25 abr. 2011, p. 19. Disponível em: < <http://diariooficial.ma.gov.br/public/index.jsf> > Acesso em: 22 de out. de 2017.

MATO GROSSO (Estado). Defensoria pública do Estado do Mato Grosso. Resolução n° 83/2016, de 03 de junho de 2016. Dispõe sobre o uso do Nome Social de Travestis e Transexuais no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso. **Cuiabá: Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso**. Disponível em:< <http://www.defensoriapublica.mt.gov.br/portal/uploads/conselho%20superior/Resolucao832016CSDPUsoNomeSocialdeTravestiseTransexuaisnaInstituicao.pdf> >; Acesso em 22 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Estado de Segurança Pública. Portaria n° 70/2015/GAB, de 10 de julho de 2015. Dispõe sobre o registro do Nome Social de Travestis e Transexuais em documentos de atendimento nas Unidades da Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Mato Grosso**, 16 jul. 2015, p.14. Disponível em: < [https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/14132#/p:14/e:14132?find=travestis transexuais](https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/14132#/p:14/e:14132?find=travestis%20transexuais) >; Acesso em 22 de out. de 2017.

_____. Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público de Mato Grosso. Ato administrativo n° 522/2016, de 10 de julho de 2015. Dispõe sobre o uso do Nome Social de Travestis e Transexuais no âmbito do Ministério Público de Mato Grosso. **Diário Oficial do Estado do Mato Grosso**, 31 mar. 2016, p.165. Disponível em: <[https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/14441#/p:165/e:14441?find=travestis transexuais](https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/14441#/p:165/e:14441?find=travestis%20transexuais)>; Acesso em 22 de out. de 2017.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). Governo do Estado do Mato Grosso do Sul. Decreto nº 13954, de 06 de maio de 2014. Estabelece o modelo padrão da Carteira de Identificação por Nome Social, de que trata o Decreto nº 13.684, de 12 de julho de 2013.. **Diário Oficial do Estado do Mato Grosso do Sul**, 07 mai. 2014, p.01. Disponível em:< <http://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/PaginaDocumento/41778/?Pagina=1>>; Acesso em 22 de out. de 2017.

_____. Governo do Estado do Mato Grosso do Sul. Decreto nº 13694, de 23 de julho de 2013. Dá nova redação ao § 2º do art. 2º do Decreto nº 13.684, de 12 de julho de 2013, que assegura às pessoas travestis e transexuais a identificação pelo nome social em documentos de prestação de serviço quando atendidas nos órgãos da Administração Pública direta e indireta. **Diário Oficial do Estado do Mato Grosso do Sul**, 24 jul. 2013, p.2. Disponível em: < <http://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/PaginaDocumento/41527/?Pagina=2>>; Acesso em 22 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Estado de Educação. Resolução nº 2800, de 19 de novembro de 2013. Dispõe sobre o registro do nome social de travestis e transexuais nos documentos escolares e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Mato Grosso do Sul**, 20 nov. 2013, p.34. Disponível em:< <http://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/PaginaDocumento/41628/?Pagina=34>>; Acesso em 22 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social. Resolução nº 141, de 03 de junho de 2014. Estabelece procedimentos para a confecção e entrega da Carteira de Identificação por Nome Social, nos termos dos Decretos n.º 13.684, de 12 de julho de 2013 e n.º 13.954, de 6 de maio de 2014. **Diário Oficial do Estado do Mato Grosso do Sul**, 16 jun. 2014, p.17. Disponível em: < <http://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/PaginaDocumento/41815/?Pagina=17>>; Acesso em 22 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Justiça e Segurança Pública. Resolução nº 795, de 21 de julho de 2016. Determina no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública a aplicação do Decreto nº 13.684, de 12 de julho de 2013, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Mato Grosso do Sul**, 27 jul. 2016, p.29. Disponível em: < <http://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/PaginaDocumento/42491/?Pagina=29>>; Acesso em 22 de out. de 2017.

MINAS GERAIS (Estado). Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEMG. Resolução nº 149/2015, de 28 de maio de 2015. Regulamenta a garantia aos estudantes Transgêneros, Transexuais e Travestis, do uso de um “nome social” no âmbito da Universidade do Estado de Minas Gerais- UEMG. **Belo Horizonte: Universidade do Estado de Minas Gerais.** Disponível em: <<http://www.uemg.br/arquivos/2015/pdf/Rcoepe149-2015.pdf>>; Acesso em 22 de out. de 2017.

_____. Governo do Estado de Minas Gerais. Decreto nº 47148/2017, de 27 de janeiro de 2017. Dispõe sobre a adoção e utilização do nome social por parte de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública estadual. **Diário do Executivo do Estado de Minas Gerais**, 28 jan. 2017, p.03. Disponível em: <<http://www.iof.mg.gov.br/index.php?/pesquisa-nos-jornais.html>>; Acesso em 22 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Defesa Social. Resolução nº 01, de 23 de janeiro de 2013. **Diário do Executivo do Estado de Minas Gerais**, 23 jan. 2013, p.08. Disponível em: <<http://www.iof.mg.gov.br/index.php?/pesquisa-nos-jornais.html>>; Acesso em 22 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Estado de Educação. Resolução nº 3423, de 26 de maio de 2017. Dispõe sobre o reconhecimento e adoção de nome social àqueles e àquelas cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero nas Escolas Estaduais de Minas Gerais e dá outras providências. **Diário do Executivo do Estado de Minas Gerais**, 27 mai. 2017, p.01. Disponível em: <<http://www.iof.mg.gov.br/index.php?/pesquisa-nos-jornais.html>>; Acesso em 22 de out. de 2017.

_____. Secretarias de Planejamento Gestão e de Desenvolvimento Social. Resolução nº 8496, de 14 de outubro de 2011. Assegura às pessoas transexuais e travestis a identificação pelo nome social no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo. **Diário do Executivo e Legislativo do Estado de Minas Gerais**, 15 out. 2011, p.4. Disponível em:<<http://www.iof.mg.gov.br/index.php?/pesquisa-nos-jornais.html>>; Acesso em 22 de out. de 2017.

PARÁ (Estado). Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Decreto nº 1.675, de 21 de maio de 2009. Determina aos órgão da Administração Direta e Indireta o respeito ao nome público dos transexuais e travestis. **Belém: Assembléia Legislativa do Estado do Pará.** Disponível

em: <<http://biblioteca.mppa.mp.br/phl82/capas/dec.1675.htm>> Acessado em: 22 de out. de 2017.

_____. Conselho Estadual de Educação do Pará. Resolução n° 321, de 12 de novembro de 2010. Dispõe sobre a abertura de campo específico nos documentos oficiais internos das instituições de ensino do Sistema Estadual de Ensino do Pará para a inclusão do NOME SOCIAL de travestis e transexuais. **Belém: Conselho Estadual de Educação do Estado do Pará.** Disponível em: <<http://cee.pa.gov.br/sites/default/files/Resolu%C3%A7%C3%A3o321.pdf>>. Acesso em: 23 de out. De 2017.

_____. Conselho Estadual de Segurança Pública. Resolução n° 210, de 19 de dezembro de 2012. Institui a Carteira de Nome Social (Registro de identificação Social) para pessoas travestis e transexuais no Estado do Pará. **Diário Oficial do Estado do Pará**, 02 mai. 2013, p. 5. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/53816085/doepa-caderno-1-02-05-2013-pg-5/pdfView>>. Acesso em: 23 de out. De 2017.

_____. Conselho Estadual de Segurança Pública. Decreto n° 726, de 29 de abril de 2013. Homologa a resolução n° 2010/2012 do Conselho Estadual de Segurança Pública – CONSEP a qual institui a Carteira de Nome Social (Registro de Identificação Social) para pessoas travestis e transexuais do Estado do Pará. **Diário Oficial do Estado do Pará.** Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/53816085/doepa-caderno-1-02-05-2013-pg-5/pdfView>> Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Estado de Educação. Portaria de Registro n° 016/2008, de 10 de abril de 2008. **Secretaria de Estado de Educação – Diário Oficial do Estado do Pará**, 14 abr. 2008, p. 7. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/6627521/pg-7-executivo-5-diario-oficial-do-estado-do-para-doepa-de-14-04-2008>>. Acesso em: 23 de out. de 2017.

_____. Polícia Civil do Estado. Instrução normativa n° 1, de 1 de outubro de 2013. Determina medidas à Diretoria de Identificação para as providências necessárias à operacionalização, emissão e controle da Carteira de Nome Social (Registro de Identificação Social), para pessoas travestis e transexuais, nos termos do Decreto Estadual n.º 2010/2012 oriunda do Conselho Estadual de Segurança Pública. **Belém: Polícia Civil.** Disponível em: <<https://www.sistemas.pa.gov.br/sisleis/legislacao/718>>. Acesso em 23 de out. de 2017.

_____. Procuradoria Geral de Justiça. Portaria n° 6997/2016-MP/PGJ, de 04 de novembro de 2016. Dispõe sobre o tratamento igualitário a pessoas LGBT e a utilização do nome

social por pessoas Travestis e Transexuais no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Pará**, 09 nov. 2016, p. 81. Disponível em <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/130240118/doespa-09-11-2016-pg-81>> Acesso em 23 de out. De 2017.

PARAIBA (Estado). Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba. Decreto nº 32.159, de 25 de maio de 2011. Dispõe sobre o tratamento nominal e a inclusão e uso do nome social de travestis e transexuais nos registros estaduais relativos a serviços públicos prestados no âmbito do Poder Executivo Estadual e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado da Paraíba**, 26 mai. 2011, p.3. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/27038301/pg-3-diario-oficial-do-estado-da-paraiba-doepb-de-26-05-2011>> Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba. Lei nº 10.908, de 8 de junho de 2017. Dispõe sobre o tratamento nominal e a inclusão e uso do nome social de travestis e transexuais no âmbito da Administração Pública Estadual. **Diário Oficial do Estado da Paraíba**, 09 jun. 2017, p.1. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/149587615/doespb-09-06-2017-pg-1/pdfView>> Acesso em: 23 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano. Portaria 41, de 11 de setembro de 2009. **Diário Oficial do Estado da Paraíba**, 17 set. 2009, p. 18. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/12674906/pg-18-diario-oficial-do-estado-da-paraiba-doepb-de-17-09-2009>> Acesso em 24 de out. de 2017.

PARANÁ. Defensoria Pública do Estado do Paraná. Deliberação CSDP nº 07, de 10 de março de 2017. Dispõe sobre o uso do nome social pelas pessoas travestis e transexuais usuárias dos serviços da Defensoria Pública e por seus membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados desta Instituição, assim como o uso de banheiros, vestiários e demais espaços separados por gênero. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, 15 mar. 2017, p. 132. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/140016335/doespr-caderno-normal-executivo-15-03-2017-pg-132>> Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. Procuradoria Geral de Justiça. Resolução nº 2.077/2015-PGJ, de 22 de maio de 2015. **Curitiba: Procuradoria Geral do Estado**. Disponível em:

<<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/2077LGBT.doc>>. Acesso em: 22 de out. de 2016.

_____. Secretaria De Estado Da Justiça, Cidadania E Direitos Humanos. Resolução n° 44/2016, de 22 de março de 2016. **Curitiba: Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos**. Disponível em: < www.parana.gov.br > Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Estado da Saúde. Resolução SESA n° 080/2015, de 06 de março de 2015.

Estabelece a utilização do “nome social” nas unidades próprias da Secretaria de Estado da Saúde e nos estabelecimentos de saúde com vínculo com o Sistema Único de Saúde, no âmbito do Estado Paraná, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, 11 mar. 2015, p.42. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/87667374/doespr-caderno-normal-executivo-11-03-2015-pg-42>>; Acesso em 24 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Estado da Saúde. Resolução SESA n° 188/2010, de 8 de março de 2010. **Curitiba: Secretaria de Saude de Estado**. Disponível em: <<http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/Resolucoes2011/Resolucao1882010.pdf>>. Acesso em: 23 de out. de 2017.

PERNAMBUCO (Estado). Governo do Estado de Pernambuco. Decreto n° 35051, de 25 de maio de 2010. Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social de travestis e transexuais nos registros estaduais relativos a serviços públicos prestados no âmbito da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências. **Recife: Governo do Estado**. Disponível em: <http://www.pm.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_1_id=19074890&folderId=70087&name=DLFE-135203.pdf> Acesso em: 23 de out. de 2017.

PIAUI (Estado). Assembleia Legislativa do Estado do Piauí. Decreto n° 14.602 de 10 de outubro de 2011. Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social de pessoas travestis e transexuais nos registros municipais relativos a serviços públicos prestados no âmbito da administração Direta e Indireta, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Piauí**, 10 out. 2011. Disponível em: < http://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-14602-2011-pi_151759.html > Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. Assembleia Legislativa do Estado do Piauí. Lei Ordinária n° 5.916, de 10 de novembro de 2009. Assegura as pessoas travestis e transexuais a identificação pelo nome

social em documentos de prestação de serviço quando atendidas nos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta e dá outras providencias. **Teresina: Governo do Estado.** Disponível em: < <http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/ato/14521> > Acesso em: 23 de out. de 2017.

_____. Delegacia Geral da Polícia Civil. Portaria nº 17-GDG/NA, de 19 de julho de 2016. Regulamenta do Protocolo de Atendimento do Plantão Policial Civil Metropolitano de Gênero em Teresina e dá outras providencias. **Diário Oficial do Estado do Piauí**, 21 jul. 2016, p.10. Disponível em: < <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/121232729/doi-pi-21-07-2016-pg-10> > Acesso em 23 de out. de 2017.

_____. Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Piauí. Ato Regulamentar nº 563/2016, de 23 de março de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí. **Teresina: Procuradoria Geral de Justiça.** Disponível em: < http://www.mppi.mp.br/internet/index.php?option=com_phocadownload&view=categor&download=19730:ato-pgj-n-563-2016&id=1509:2016&Itemid=132 > Acesso em: 22 de out. de 2017.

RIO DE JANEIRO (Estado). Defensoria Pública do Estado. Resolução DPGE nº 627, de 19 de abril de 2012. Dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providencias. **Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Estado.** Disponível em: < <http://www.defensoria.rj.def.br/legislacao/detalhes/3098-RESOLUCAO-DPGE-N-627-DE-19-DE-ABRIL-DE-2012> > Acesso em: 22 de out. De 2017.

_____. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Decreto nº 43.065, de 08 de julho de 2011. Dispõe sobre o direito ao uso do nome social por travestis e transexuais na administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providencias. **Rio de Janeiro: Governo do Estado.** Disponível em: < http://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/201223016254ca1319099d0bbbe450442/Decreto_43065_2011_RJ.pdf >. Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Portaria PCERJ nº 574, de 08 de fevereiro de 2012. Dispõe sobre o direito ao uso do nome social por travestis e transexuais nos órgãos da polícia civil do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providencias. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.** 09 fev. 2012. Disponível em: <

<http://www.adepolrj.com.br/portal2/Noticias.asp?id=11281> > Acesso em 26 de out. de 2017.

_____. Secretário De Estado De Administração Penitenciária. Resolução SEAP n° 558, de 29 de maio de 2015. Estabelece diretrizes e normativas para o tratamento da população LGBT no Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, 03 jun. 2015, p. 14. Disponível em: < http://www.portaldpge.rj.gov.br/Portal/sarova/imagem-dpge/public/arquivos/D_O_res_558_seap.pdf >. Acesso em: 22 de out. de 2017.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte. Decreto n° 22.331, de 12 de agosto de 2011. Dispõe sobre o direito do nome social por pessoas travestis e transexuais no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Rio Grande do Norte. **Natal: Governo do Estado do Rio Grande do Norte**. Disponível em: < <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/gac/DOC/DOC000000000064655.PDF> > Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. Fundação Estadual da Criança e do Adolescente. Portaria n° 005/16, de 07 de janeiro de 2016. Institui e regulamenta as Normas de Procedimentos, acesso e permanência de Adolescentes de Grupos LGBT, no âmbito da FUNDAC/RN. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte**, 09 jan. 2016. Disponível em: < <http://www.diariooficial.rn.gov.br>>; Acesso em 22 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Estado da Educação e da Cultura – SEEC- Conselho De Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, Da Universidade Do Estado Do Rio Grande Do Norte – UERN. Resolução n° 22/2016 – CONSEPE, 13 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do “nome social” nas condições que especifica. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte**. Disponível em: < http://www.uern.br/controladepaginas/documentos-legislacao-ensino/arquivos/0065resolucao_no_22__2016__consepe__dispoe_sobre_o_uso_do_nome_social_nas_condicoes_que_especifica.pdf>; Acesso em 22 de out. de 2017.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Decreto n° 48.118, de 27 de junho de 2011. Dispõe sobre o tratamento nominal, inclusão e uso do nome social de travestis e transexuais nos registros estaduais relativos a serviços públicos prestados no âmbito do Poder Executivo Estadual e dá providências. **Diário Oficial**

do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: < <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC> > Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Decreto nº 49.122, de 17 de maio de 2012. Institui a Carteira de Nome Social para Travestis e Transexuais no Estado do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul**, 18 mai. 2012, p.2. Disponível em: < http://siabi.trt4.jus.br/biblioteca/direito/legislacao/decreto/estadual/dec_rs_2012_49122.pdf > Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul. - Instituto Geral de Perícias. Ordem de Serviço DG/SSP/IGP nº 4, de 13 de agosto de 2012. Regulamenta as rotinas e procedimentos a serem observados pelo Departamento de Identificação para a confecção e expedição da Carteira de Nome Social –CNS, em cumprimento ao contido no Decreto nº 49.122, de 17 de maio de 2012 e dá providências. **Diário Oficial do Rio Grande do Sul**, 14 ago. 2012. Disponível em: < <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=244224> > Acesso em 23 de out. de 2017.

RONDONIA. Conselho Estadual de Educação. Resolução Nº 1.209/16-Cee/Ro, de 18 de Novembro de 2016. Determina às instituições de ensino pertencentes ao Sistema Estadual de

Ensino de Rondônia a inserir nos documentos escolares internos o nome social ao lado do nome civil dos travestis e transexuais, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Rondonia**, 15 fev. 2017, p. 49. Disponível em: < <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/137654071/doero-15-02-2017-pg-49> > . Acesso em: 22 de out. de 2017.

RORAIMA (Estado). Conselho Estadual de Educação. Resolução nº 13/2014, de 05 de agosto de 2014. Dispõe Sobre a identificação através de “nome social” de alunos autodeclarados transexuais e travestis, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino de Roraima e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Roraima**, 12 set. 2014, p. 21. Disponível em: < <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/76693703/doerr-12-09-2014-pg-21> > Acesso em: 21 de out. de 2017.

_____. Governo do Estado de Roraima. Lei nº 796, de 30 de dezembro de 2010. “Assegura às pessoas travestis e transexuais a identificação pelo nome social em documentos de prestação de serviço, quando atendidas nos órgãos da administração pública estadual direta e indireta, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Roraima**, 04 jan. 2011, p.

1. Disponível em: < <http://www.imprensaoficial.rr.gov.br/diarios/doe-20110104.pdf>> Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Estado da Saúde. SESAU/GAB/Portaria nº 1748, de 16 de setembro de 2015. Dispõe Sobre a identificação através de “nome social” de pessoas travestis e transexuais quando atendidas nos serviços estaduais de saúde. **Diário Oficial do Estado de Roraima**, 18 set. 2015, p. 8. Disponível em: < <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/100517805/doerr-18-09-2015-pg-8>> Acesso em: 22 de out. de 2017.

SANTA CATARINA (Estado). Conselho Estadual de Educação. Resolução nº 132, de 15 de dezembro de 2009. Dispõe sobre a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares internos e dá outras providências. **Florianópolis: Conselho Estadual de Educação**. Disponível em: <<http://www.cee.sc.gov.br/index.php/downloads/comissoes/legislacao-e-normas/resolucoes-1/603-603/file>> Acesso em: 23 de out. 2017.

_____. Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina. Resolução **CSDPeSC** nº 70, de 07 de abril de 2017. Disciplina o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas transexuais, transgêneros e travestis usuárias dos serviços no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina.. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina**, 11 abr. 2017, p. 13. Disponível em: <<http://www.diariooficial.sc.gov.br>> Acesso em: 23 de out. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Decreto nº 55.588, de 17 de março de 2010. Dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo e dá providências correlatas. **São Paulo: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo**. Disponível em: < <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2010/decreto-55588-17.03.2010.html> > Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Lei nº 10.948, de 05 de novembro de 2001. Dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas a prática de discriminação em razão de orientação sexual. **São Paulo: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo**. Disponível em: < <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2001/lei-10948-05.11.2001.html> > Acesso em: 23 de out. 2017.

_____. Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo. Deliberação CEE nº 125/2014, de _____. Dispõe sobre a inclusão de nome social nos registros escolares das instituições públicas e privadas no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo e dá outras providências correlatas. **São Paulo: Conselho Estadual de Educação**. Disponível em : < <http://www.justica.sp.gov.br/StaticFiles/SJDC/ArquivosComuns/ProgramasProjetos/CPDS/DELIBERA%C3%87%C3%83O%20CEE%20126.pdf> > Acesso em 22 de out. de 2017.

_____. Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Deliberação CSDP nº 195, de 17 de setembro de 2010. Dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais da Defensoria Pública do Estado e dá outras providências. **São Paulo: Defensoria Pública do Estado de São Paulo**. Disponível em: < <https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/repositorio/0/documentos/cam/LGBT.pdf> > Acesso em: 22 de out. de 2017.

_____. Secretaria de Administração Penitenciária. Resolução SAP-11, de 30 de janeiro de 2014. Dispõe sobre a atenção às travestis e transexuais no âmbito do sistema penitenciário. **São Paulo: Secretaria de Administração Penitenciária**. Disponível em: < <http://www.justica.sp.gov.br/StaticFiles/SJDC/ArquivosComuns/ProgramasProjetos/CPDS/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20SAP-n%C2%BA%2011.pdf> >. Acesso em: 23 de out. de 2017.

SERGIPE (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Conselho Estadual de Educação. Resolução normativa nº 1, de 31 de janeiro de 2014. Dispõe sobre a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares internos das instituições educacionais integrantes do Sistema de Ensino do Estado de Sergipe. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**. 04 fev. 2014. Disponível em: < http://www.cee.se.gov.br/arquivos/RESOLUCAO_NORMATIVA_N%C2%BA_1.pdf >. Acesso em: 22 de out. de 2017.

TOCANTINS (Estado). Conselho Estadual de Educação. Resolução número 32, de 26 de fevereiro de 2010. Inclusão de nome social de travestis e transexuais em registros escolares nas UEs de educação básica de Sistema Estadual de Ensino. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, 26 mai. 2010, p. 29. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/5740196/pg-29-diario-oficial-do-estado-do-tocantins-doeto-de-26-05-2010/pdfView>>; Acesso em 21 de out de 2017.

_____. Defensoria Pública do Estado do Tocantins. Resolução nº 161, de 02 de junho de 2017. Dispõe sobre o uso do nome social de travestis e transexuais no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Tocantins. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, 06 jun. 2017, p. 47. Disponível em: < <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/149217333/doeto-06-06-2017-pg-47> >. Acesso em: 23 de out. De 2017.

APÊNDICES:

TABELA 3 - JUSTIFICATIVAS BASEADAS EM INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS

INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS	QUANTIDADE DE NORMAS
Princípios de Yogyakarta sobre a aplicação da legislação internacional de Direitos Humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero	23
Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)	19
Declaração da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (Durban, 2001)	13
Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica)	6
Convenção contra a Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes	3
Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos	3
Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos	3
Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok)	3
Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	2
Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1994)	1
Protocolo de São Salvador (1988)	1
Princípios de melhores práticas na proteção de pessoas privadas de liberdade nas Américas	1
Artigo II da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem	1
Documento internacional conhecido como "100 Regras de Brasília sobre acesso à justiça das pessoas em condição de vulnerabilidade"	1
Resolução da ONU "Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero", aprovada em 17 de junho de 2011	1
Resolução da OEA "Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero"	1

Fonte: elaboração própria.

TABELA 4 - JUSTIFICATIVAS BASEADAS EM NORMAS CONSTITUCIONAIS

CONSTITUCIONAIS	QUANTIDADE DE NORMAS
Artigo 5º	50
Dignidade da pessoa humana (artigo 1º, inciso III)	45
Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (artigo 3º, inciso IV)	41
Igualdade (artigo 5º, caput)	36
Cidadania (artigo 1º, inciso II)	23

Construir uma sociedade livre, justa e solidária (artigo 3º, inciso I)	21
Direito à educação (artigo 205)	14
Princípios do ensino (artigo 206)	14
Liberdade (artigo 5º, inciso II)	11
Erradicação da pobreza e da marginalização, redução das desigualdades sociais e regionais (artigo 3º, inciso III)	11
Autonomia individual	10
Prevalência dos direitos humanos (artigo 4º, inciso II)	7
Saúde como direito de todos e dever do Estado (artigo 196)	5
A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais (artigo 5º, XLI)	4
Constituição como um todo	2
Artigo 6º: direitos sociais	2
Autonomia universitária (artigo 207)	2
Proteção à família (artigo 226)	2
Constituição do Estado do Mato Grosso (artigo 10, inciso III e 74, inciso III): cláusula de não discriminação e segurança pública	2
A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados na forma do inciso LXXIV do art. 5º da CF, gozando de autonomia funcional, administrativa, orçamentária e financeira.	2
Preâmbulo da CF	1
Vedação à tortura e tratamento degradante (artigo 5º, inciso III)	1
Intimidade (artigo 5º, inciso X)	1
Vida privada (artigo 5º, inciso X)	1
Princípios da administração pública (artigo 37)	1
Segurança pública (artigo 144)	1
Garantias do direito à educação (artigo 208)	1
Constituição do Estado do Acre (artigo 133, Polícia)	1
Constituição do Estado da Paraíba (artigo 3º, direitos fundamentais)	1
Constituição do Estado do Rio de Janeiro (artigo 179, §3º, Defensoria Pública)	1

Fonte: elaboração própria.

TABELA 5 - JUSTIFICATIVAS BASEADAS EM LEIS

LEGAIS	QUANTIDADE DE NORMAS
Lei de diretrizes e bases da educação nacional (Lei 9.394/96)	32
Lei Orgânica do Distrito Federal (Lei 65/2013)	9
Lei Complementar Federal 80/1994 (Lei das Defensorias Públicas)	8
Lei 11340: proteção contra violência doméstica e familiar baseada na identidade de gênero	6
A Lei Ordinária 4.176/08 do DF e a PNAS chamam atenção para as questões de ordem simbólica e psicossocial, principalmente no que diz respeito às identidades, quando definem que os cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como "família e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos e afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, culturais e sexuais".	5
Lei 8080/90 (Sistema único de saúde)	4
Lei Ordinária 4.176/08 do Distrito Federal (Política de Assistência Social do Distrito Federal)	4
Lei 7210/1984 (Lei de Execução Penal)	4
Lei 12.847/13: Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura	3
Lei 8.662/93 (Código de Ética do Assistente Social)	2
Lei Estadual 5.916/2009 do Piauí (Nome social de travestis e transexuais)	2
Lei 2.615/2000, do DF (Sanções a práticas discriminatórias)	2
Lei 5.766/71 (Conselho Federal e Conselhos Regionais de Psicologia)	1
Lei 6.206/75 (Carteiras profissionais)	1
Código Civil	1
Lei Complementar Estadual 129/2004 do Acre (Lei Orgânica da Polícia Civil)	1
Lei Estadual de Alagoas 6.197/2000 (Educação, plano de cargos)	1
Lei Estadual de Alagoas 6575/2005 (Quadro de pessoal)	1
Lei Estadual de Alagoas 6754/2006 (Código de ética do servidor público)	1
Lei Estadual de Alagoas 5247/1991 (Servidores públicos)	1
Lei Complementar Estadual 6/77 do Estado do Rio de Janeiro (Defensoria Pública do estado do RJ)	1
Lei Estadual 7.584/11 do Pará (Segurança Pública)	1
Lei Complementar Estadual 988/2006 (Defensoria Pública do Estado de São Paulo)	1
Lei Estadual 10.948/2001 de São Paulo (Sanções antidiscriminatórias)	1
Lei Estadual 796/2010 de Roraima (Nome social de travestis e transexuais)	1
Lei Municipal de Belém 9.199/2016 (Nome social de travestis e transexuais)	1

Fonte: elaboração própria.

TABELA 6 - JUSTIFICATIVAS BASEADAS EM NORMAS INFRALEGAIS

INFRALEGAIS	QUANTIDADE DE NORMAS
Decreto Federal n.º 8.727 de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional	7
Portaria n.º 223, de 18 de maio de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em que garantem, no âmbito de seus espaços institucionais, o mesmo direito em que essa resolução se pretende	7
Portaria GM/MS n.º 675, de 30 de março de 2006, que assegura ao cidadão a identificação pelo nome e sobrenome, devendo existir em todo documento de identificação do usuário um campo para se registrar o nome pelo qual prefere ser chamado, independentemente do registro civil	5
Decreto Estadual 1.676, de 24 de maio de 2009, do Estado do Pará	4
Portaria n.º 1.612, de 18 de novembro de 2011, do Ministério da Educação	4
Portaria GM/MS n.º 2.836, de 1º de dezembro de 2011, que institui no âmbito do SUS, a Política Nacional de Saúde Integral de LGBTTs	4
Resolução 12/2015 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT (CNCD/LGBT)	4
Decreto Federal 7.626/2011: Plano Estratégico de Educação no Sistema Prisional	3
Decreto Federal 7.508/2011, que regulamenta a Lei 8.080/1990	3
Decreto Estadual 13.684, de 12 de julho de 2013, do Estado do Mato Grosso do Sul	2
Decreto Estadual 43.065, de 08 de julho de 2011, do Estado do Rio de Janeiro	2
Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências	2
Portaria GM/MS n.º 1.707, de 18 de agosto de 2008, que define as diretrizes nacionais para o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde – SUS	2
Portaria GM/MS n.º 1.820, de 13 de agosto de 2009, que dispõe sobre os direitos e deveres do usuário da saúde e assegura o uso do nome social no SUS	2
Portaria GM/MS n.º 2.803, de 19 de novembro de 2013, que redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde – SUS	2
Portaria GM/MS nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para Pessoas com Sofrimento ou Transtorno Mental com Necessidades decorrentes do uso do crack, álcool e outras drogas no SUS	2
Portaria GM/MS n.º 4.279, de 30 de dezembro de 2010, que prioriza a organização e implementação das Redes de Atenção à Saúde no país	2
Resolução 4, de 29 de junho de 2011, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP)	2

Resolução nº 2 da Comissão Intergestores Tripartite, de 06 de dezembro de 2011, que estabelece estratégias e ações que orientam o Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral de LGBTTs do SUS	2
Resolução CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) 273, de 13 de março de 1993 (Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais)	2
Resolução CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) 582, de 01 de julho de 2010 (Consolidação das Resoluções do CFESS)	2
Resolução CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) 615, de 8 de setembro de 2011, que dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do (a) assistente social transexual nos documentos de identificação profissional	2
Resolução CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) 696, de 15 de dezembro de 2014, que normatiza o cadastramento nacional dos/das assistentes sociais	2
Resolução 120/2013 do Conselho Estadual de Educação do Estado da Bahia	2
Resolução 1/2012 do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação	2
Resolução 1.652/2002 do Conselho Federal de Medicina	2
Art. 47 do Decreto Federal 79.822/77	1
Decreto Federal de 04 de junho de 2010 que institui o Dia Nacional de Combate à Homofobia	1
Decreto Federal 7.388/2010	1
Art. 22 do Decreto Distrital (DF) nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015	1
Decreto Distrital 37.982/2017	1
Decreto Estadual 33.362, de 03 de abril de 2013, do Estado do Amazonas (Institui o Grupo de Trabalho Permanente para atuar contra a discriminação)	1
Decreto Estadual 13.954, de 6 de maio de 2014, do Estado do Mato Grosso do Sul	1
Decreto Estadual 47.148, de 27 de janeiro de 2017, do Estado de Minas Gerais	1
Decreto Estadual 41.798, de 02 de abril de 2009, do Estado do Rio de Janeiro	1
Decreto Estadual 22.331, de 12 de agosto de 2011, do Estado do Rio Grande do Norte	1
Decreto Estadual 48.118, de 27 de junho de 2011, do Estado do Rio Grande do Sul	1
Decreto Estadual 55.588, de 2010, do Estado de São Paulo	1
Decreto Estadual 55.589, de 17 de março de 2010, do Estado de São Paulo	1
Decreto Estadual 55.839, de 18 de maio de 2010, do Estado de São Paulo	1
Portaria 015-GDG/NA-16 do Piauí, que implementa o Plantão Policial Civil Metropolitano de Gênero	1
Portaria nº 442, de 2012, da DGPC/MA (Política Civil do Maranhão)	1
Portaria SESAUI do Estado de Alagoas nº 01/2017 (DOE 11.01.2017)	1

Resolução Conjunta do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação nº1, de 15 de abril de 2014, que estabelece parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Brasil.	1
Resolução n ° 155 do Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP) do Estado do Pará, que cria o Comitê Gestor do Plano Estadual de Segurança Pública de Combate à Homofobia	1
Resolução n ° 210 do Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP) do Estado do Pará, que institui a Carteira de Nome Social	1
Resolução 001/2013/GAB/Secretaria Estadual de Segurança Pública do MT, de 12 de Junho de 2013	1
Resolução 453, de 2012, do Conselho Nacional de Saúde	1
Resolução CNPCP (Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária) nº 4/2011	1
Resolução nº 09/2011 da DPGE (Defensoria Pública do Estado do Maranhão)	1
Resolução 183/2009 SEASDH/Rio de Janeiro	1
Resolução 395/2011 SEAP/Rio de Janeiro	1
Portaria SEE/AL nº 80/2005	1
Portaria 766, de 3 de julho de 2013, da SNDH da Presidência da República	1
Resolução 1.955/2010 do Conselho Federal de Medicina, que revoga a Res. 1.652/2002	1
Resolução 33/2013 do Conselho Estadual de Educação do Amazonas	1
Resolução do Conselho Federal de Psicologia 003/2007	1
Resolução 11/2014 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT (CNCD/LGBT)	1
Deliberação de 24 de abril de 2012 do Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina	1
Resolução 437/2012 do Conselho Estadual de Educação do Ceará	1
Deliberação de 11 de abril de 2012 do Conselho Estadual de Educação do Ceará	1

Fonte: elaboração própria.

TABELA 7 - JUSTIFICATIVAS BASEADAS EM PLANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

PLANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS	QUANTIDADE DE NORMAS
Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Transexuais – PNLGBT e o Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	12
Programa Nacional de Direitos Humanos 3, elaborado em 2010 (PNDH 3), relativas ao Eixo Orientador III: Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades	10

Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra Lésbicas, Gays, Transgêneros, Transexuais, Travestis e Bissexuais e de Promoção da Cidadania, denominado “Brasil Sem Homofobia, proposto pelo Governo Federal”	9
Política Nacional de Assistência Social	7
Política Nacional de Humanização da Atenção e da Gestão do SUS	3
Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	2
Plano de Governo que prevê a ampliação do atendimento aos grupos vulneráveis	1
Políticas Estaduais de Educação (Sistemas educacionais e suas respectivas bases normativas)	1
Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2012)	1
Plano Estadual de Enfrentamento à Homofobia e Promoção da Cidadania LGBT - São Paulo	1
Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos LGBTTT do Mato Grosso	1
Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos LGBTTT do Acre	1
Programa Estadual Rio sem Homofobia (Decreto Estadual-RJ 40.822/2007)	1
Grupo Estadual de Combate à Homofobia no âmbito da SSP do Estado do MT (Decreto Estadual 1.048/12)	1
Plano Estadual de Cidadania e Direitos Humanos LGBT do Estado do Maranhão ("Maranhão Sem Homofobia")	1
Plano Estadual de Direitos LGBT 2016/2023 publicado pela Secretaria de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos de Alagoas	1
Meta 9 do Plano Nacional de Educação	1
Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária	1
Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS	1
Comitê Estadual de Enfretamento à Homofobia por parte da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Amazonas	1
A política estadual de respeito à pluralidade sexual	1
O plano anual de modernização, expansão e humanização do sistema prisional	1
Diretriz do governo federal de reduzir as desigualdades sociais por meio da formulação e implantação de políticas e ações pertinentes	1
Prioridade na implantação de políticas de promoção da equidade, garantidas no Plano Plurianual e nas diretrizes do Plano Nacional de Saúde	1

Fonte: elaboração própria.

TABELA 8 - JUSTIFICATIVAS BASEADAS EM DEMANDAS POPULARES OU INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR	QUANTIDADE DE NORMAS
II Encontro Nacional Ministério Público e Movimentos Sociais: em defesa dos direitos fundamentais (Brasília, 5 e 6 de Novembro de 2014) promovido pela Comissão de Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público	4
Conferência Nacional de Educação	3
II Conferência Estadual LGBT – AM	2
Demanda da Associação Garotos da Noite, do Amazonas	2
II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT	2
I Conferência Estadual LGBT – PE	1
II Conferência Estadual LGBT – SP	1
Escuta pública realizada por meio de audiência pública, no Amazonas	1
Resoluções da Conferência Nacional de Educação (CONAE 2010) quanto ao gênero e a diversidade sexual	1
2ª Reunião do Comitê de Articulação e Monitoramento do I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres, instituído pelo Decreto Distrital 35.268/2014	1
13ª Conferência Nacional de Saúde	1
O pleito do DCE e dos Movimentos Sociais da UESC	1
Fonte: elaboração própria.	

TABELA 9 - JUSTIFICATIVAS BASEADAS EM ATUAÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA

ATUAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA	QUANTIDADE DE NORMAS
Enunciados 01 e 02/2015 do COPEDH e GNDH do Conselho Nacional de Procuradores Gerais (CNPGE)	5
Recomendação Conjunta 06/2016 da Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão e da Coordenação dos Núcleos de Direitos Humanos (MPDFT)	4
Nota técnica proposta pelo Plenário do CNMP no julgamento do Processo nº 529/2015-29, durante a 5ª Sessão Ordinária de 2016 (15.03.16)	2
Recomendação 001 de 29 de março de 2017, da 13ª Promotoria de Justiça Criminal de Rio Branco – Especializada no Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, que versa sobre a ampliação do atendimento especializado nas Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher	1
Decisão judicial da Ação Civil Pública 2001.71.00.026279-9/RS, que versa sobre a implantação no SUS de cirurgias de readaptação sexual	1
Fonte: elaboração própria.	

TABELA 10 - JUSTIFICATIVAS BASEADAS EM NECESSIDADES DO ATENDIMENTO

ATENDIMENTO	QUANTIDADE DE NORMAS
Necessidade de se dar tratamento isonômico aos assistidos, membros, servidores, terceirizados e estagiários	5
Necessidade de garantir atendimento a todos os segmentos populacionais	2
Necessidade de definir parâmetros de qualificação do atendimento humanizado para a população, respeitando as diversidades culturais, ambientais e locais	2
Adequar o atendimento, priorizando a necessidade de fornecer um atendimento especializado e diferenciado às mulheres transexuais e travestis	2
Necessidade de garantir o atendimento humanizado, acolhedor e resolutivo	2
Ampliação do atendimento a grupos vulneráveis	1
Necessidade de adoção de protocolos de atendimento e métodos de investigações que coíbam qualquer conduta que revitimize pessoa em situação de violência	1
Proporcionar aos administrados tratamento humanizado, comodidade, celeridade e acesso pleno ao serviço público	1
Necessidade de uniformização de instrumentais e procedimentos com as demais instituições da rede de atendimento	1

Fonte: elaboração própria.

TABELA 11 - OUTRAS JUSTIFICATIVAS

OUTRAS JUSTIFICATIVAS	QUANTIDADE DE NORMAS
O nome não pode ser indutor de constrangimentos e preconceitos	9
A proteção dos direitos da diversidade sexual orientam a atuação do Estado e impõem a realização de políticas públicas destinadas à promoção da cidadania e respeito às diferenças humanas, incluídas as diferenças sexuais	8
Os direitos da diversidade sexual constituem direitos humanos e sua proteção requer ações efetivas do Estado no sentido de assegurar o pleno exercício da cidadania e a integral inclusão social da população LGBT	8
Pleno respeito às pessoas, independentemente de sua identidade de gênero	5
Direito à livre orientação sexual, devendo o Poder Público resguardar o tratamento equânime das pessoas	5
Necessidade de se impedir o constrangimento de travestis e transexuais	4
Toda pessoa tem direito ao tratamento correspondente ao seu gênero	3
Assegurar, pelo Estado e pela sociedade, dentre outros, o direito à liberdade sexual	3

Tendo em vista que o sexo biológico e a identidade subjetiva nem sempre coincidem, razão pela qual, aquelas que têm identidade de gênero de mulheres, porém, identidade diferente do sexo designado em seu nascimento, não devem ser excluídas do amparo legal	3
Necessidade de apoiar os gestores do SUS na regulação, avaliação e controle da atenção especializada e na formação de profissionais de saúde, no que concerne ao Processo Transexualizador	3
Necessidade de garantir o acesso e a permanência dos/das estudantes travestis, transexuais e outros na escola e o êxito dessas pessoas no processo de escolarização e de aprendizagem	3
O Conselho Federal de Administração tem função uniformizadora dos Conselhos Regionais de Administração	2
As pessoas transexuais e travestis têm o direito de escolher a identidade sexual para a consecução de sua cidadania, sem olvidar os direitos que lhe são assegurados	2
Dados de homofobia referentes a 2012 que apontam 27,34 violações de direitos humanos de caráter homofóbico por dia	2
O Estado deve assegurar o pleno respeito às pessoas, independentemente da identidade de gênero, respeitando a igualdade, a liberdade e a autonomia individual, que devem constituir a base do Estado Democrático de Direito e nortear a realização de políticas públicas destinadas à promoção da cidadania e respeito às diferenças humanas, incluídas as diferenças sexuais	2
Normatizar o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais	2
Premissa de que o Direito é dinâmico e está para regular as relações sociais, devendo ser respeitada a opção sexual do cidadão, para fins de utilização de nome social	2
No caso das pessoas trans ou travestis o nome social normalmente leva esses fatores em consideração e por esta razão confere dignidade, respeita a liberdade de escolha e fortalece a luta contra a discriminação	2
Necessidade de promover mudanças de atitude em todas as práticas de atenção e gestão que fortaleçam a autonomia e o direito do cidadão	2
A importância, pelas três esferas de governo e pela sociedade civil, do fortalecimento do SUS como política pública de saúde	2
Necessidade de identificar, estruturar, ampliar e aprimorar a rede de atenção à saúde e a linha de cuidado de transexuais e travestis	2
Necessidade de atualizar o processo de habilitação dos serviços que prestam assistência aos usuários com demanda para o Processo Transexualizador	2
Necessidade de estabelecer padronização dos critérios de indicação para a realização dos procedimentos previstos no Processo Transexualizador	2
Necessidade do respeito aos direitos humanos, à pluralidade e à dignidade da pessoa humana, a fim de garantir o ingresso, a permanência e o sucesso de todos no processo de educação	2
Orientar o Sistema de Ensino do estado da Bahia quanto aos procedimentos de inclusão do nome social dos/das estudantes travestis, transexuais e outros que desejem marcar suas identidades, no tratamento e nos registros escolares e acadêmicos das unidades de ensino, alcançando todos os seus níveis e modalidades	2

Referência a processos administrativos internos (citando os números dos processos de forma genérica)	2
A matéria já foi regulamentada em diversos níveis da Administração Pública (justificativa genérica)	2
A cada dia a sociedade tem se organizado na busca de seus direitos	1
A exclusão social decorrente do desemprego, da falta de acesso à moradia e à alimentação digna, bem como da dificuldade de acesso à educação, saúde, lazer, cultura interferem, diretamente, na qualidade de vida e de saúde	1
Compromisso do Ministério da Educação de desenvolver unidades em sua estrutura para o tratamento das questões de educação em direitos humanos	1
Necessidade de se dar a máxima efetivação aos direitos fundamentais	1
O primado da primazia da dignidade da pessoa humana busca uma justa eliminação das desigualdades sociais, a proteção de grupos sociais vulneráveis e de pessoas vítimas de violência, tortura, discriminação ou qualquer outra forma de opressão.	1
A legislação internacional de direitos humanos parte da premissa de que toda pessoa, não importando sua orientação sexual ou identidade de gênero, tem o direito de desfrutar plenamente de todos os direitos humanos e que a aplicação das prerrogativas existentes de direitos humanos deve levar em conta as situações específicas e as experiências de pessoas de orientações sexuais e identidades de gênero diversas	1
Respeitar as escolhas e as diferenças das pessoas deveria ser uma característica de nossa humanidade e de nossa necessidade de evolução	1
Os transexuais são seres humanos detentores de direitos e deveres, e normalmente, portadores de diferenças. No entanto, essas diferenças não podem ser motivos para constrangimentos, preconceitos e banalizações.	1
O direito à livre orientação sexual e de identidade de gênero constituem direitos humanos de LGBTs e a sua proteção requer ações efetivas das entidades do Serviço Social no sentido de assegurar o pleno exercício da cidadania da população LGBT	1
Na definição do sexo precisamos levar em consideração não apenas as características anatômicas, mas também os fatores psicológicos, biológicos e culturais que nos identificam	1
Direito à busca de felicidade	1
Construção de uma sociedade radicalmente justa e democrática sem preconceitos de origem, raça, etnia, sexo, orientação sexual, identidade de gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação	1
Para a construção de uma política pública estadual de combate à homofobia e a promoção da cidadania da população LGBT, é fundamental garantir a consolidação dos direitos LGBT na gestão pública do Estado do Rio de Janeiro	1
Capacitação e sensibilização de gestores públicos e construção de uma rede de proteção básica e promoção de ações afirmativas para travestis e transexuais a fim de fomentar sua inclusão social	1
Necessidade de atender a uma demanda social	1
Necessidade de enfrentar a homo-lesbo-transfobia estrutural na sociedade brasileira, encontrada nos mais diversos espaços, que desumaniza as expressões de sexualidade divergentes da normatividade heterossexual, atingindo a população LGBT em todos os níveis	1

Necessidade de se proporcionar mais espaços para superação das desigualdades	1
Não se trata de aceitar ou não a diversidade de gênero, mas o reconhecimento de que ela existe em nossa sociedade	1
O apego a velhos conceitos que não mais correspondem ao indivíduo de referência deste século somente alimenta o medo e a violência, que em nada contribuem para a vida digna e satisfatória que todos almejam e merecem	1
As pessoas que compõem a população LGBT encontram especiais dificuldades para exercitar com plenitude ante o sistema de justiça os direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico, enquadram-se no conceito de pessoas em situação de vulnerabilidade	1
O não reconhecimento das identidades e possibilidade de gênero se caracteriza como uma forma de violência simbólica, sobretudo quando o nome constante no registro civil destoa da identidade de gênero da pessoa	1
Nome social é o nome pelo qual somos conhecidos e preferimos ser chamados, e que quase sempre difere do nome que consta de nosso registro civil.	1
Desde o final da década de 1980 o direito ao uso do nome social vem sendo uma conquista em países do Hemisfério Norte	1
Nome social é uma riqueza e muitas vezes chega a ser um legado, como é o caso de filhos de pessoas do meio artístico, cultural e político, que pretendem prosseguir na mesma carreira de seus pais, e que herdaram a força e a credibilidade que o nome social carrega	1
Nome social integra o patrimônio das pessoas	1
É cada vez mais comum que órgãos e entidades regulamentem em seus estabelecimentos o uso do nome social por travestis e transexuais	1
O primeiro órgão público que regulamentou o direito ao uso do nome social foi a Universidade Federal do Amapá, em idos de 2009.	1
Se chegamos a esse nível de compreensão e de resposta para os fenômenos de gênero, não há porque nos opor ao uso do nome social para pessoas trans e travestis (salientando que nome social não significa mudança em cartório de nome do registro civil de nascimento) em órgãos públicos.	1
A existência de dados que revelam a desigualdade de acesso aos serviços de saúde pelas lésbicas e mulheres bissexuais	1
A discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero incide na determinação social da saúde, no processo de sofrimento e adoecimento decorrente do preconceito e do estigma social reservado às populações de LGBTTs	1
Necessidade de promover a articulação entre as ações dos diversos órgãos do Ministério da Saúde e das demais instâncias do SUS na promoção de ações e serviços de saúde voltados à população LGBT	1
O desenvolvimento social é conquista imprescindível para a conquista da saúde	1
Todas as formas de discriminação, como no caso das homofobias direcionadas à população LGBT (lesbofobia, gayfobia, bifobia, travestifobia e transfobia) devem ser consideradas na determinação social de sofrimento e de doença)	1
Necessidade de ampliação das ações e serviços de saúde especificamente destinados a atender às peculiaridades da população LGBT	1
Necessidade de atenção especial à saúde mental da população LGBT	1

Necessidade de fomento às ações de saúde que visem à superação do preconceito e da discriminação, por meio da mudança de valores, baseada no respeito às diferenças	1
Pelo Sistema Único de Saúde (SUS) já é possível submeter-se, com sucesso, à cirurgia e tratamento médico para ajuste e redesignação sexual.	1
Necessidade de regulamentação dos procedimentos de transgenitalização no SUS	1
Necessidade de ampliação do acesso ao Processo Transexualizador já instituído no âmbito do SUS	1
Pactuação ocorrida na Reunião da Comissão Intergestores Tripartite - CIT do dia 31 de julho de 2008	1
Necessidade de se estabelecerem as bases para as indicações, organização da rede assistencial, regulação do acesso, controle, avaliação e auditoria do processo transexualizador no SUS	1
Necessidade de aprimorar a linha de cuidado no Processo Transexualizador, em especial para pacientes que desejam a readequação para o fenótipo masculino, pelo SUS	1
Projeto ético e político do serviço social	1
A Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC) é o órgão que tem, no Estado do Piauí, a responsabilidade de implementar e efetivar o SUAS	1
Evitar que ocorra evasão escolar de quem se sentir violentado na sua individualidade	1
Papel da universidade de defesa da ética, da cidadania e da justiça social, em contraposição aos processos históricos de exclusão e discriminação	1
O compromisso da Universidade Estadual de Alagoas de desenvolver políticas para o tratamento das questões de educação em Direitos Humanos	1
O pleno exercício da autonomia disposta em sede constitucional impõe a adoção de medidas administrativas, visando à otimização da prestação contínua e ininterrupta do serviço de assistência jurídica integral e gratuita aos juridicamente necessitados	1
A Defensoria Pública do Estado do ES possui como uma de suas missões institucionais o combate à transfobia, garantindo o direito à livre orientação sexual e identidade de gênero, sendo necessária a adoção de ações afirmativas que assegurem tais direitos	1
A Defensoria Pública do Estado do Ceará deve implementar medidas afirmativas que garantam o direito à livre orientação sexual dos assistidos e assistidas	1
O Sistema Integrado de Gestão Operacional possibilita a inclusão, junto aos dados cadastrais, de "Nome Social" de qualquer indivíduo que o solicitar	1
Necessidade de regulamentação administrativa em relação aos procedimentos e rotinas a serem observados na confecção e expedição da Carteira de Nome Social	1
Caberá ao Departamento de Identificação, órgão subordinado ao Instituto-Geral de Perícias, a confecção, expedição e entrega da Carteira de Nome Social	1
As travestis e as transexuais são público-alvo da atuação institucional desenvolvida pelo Núcleo de Defesa da População LGBT da Defensoria Pública do Estado do Maranhão	1
As travestis e as transexuais são público-alvo da atuação institucional desenvolvida pela Secretaria de Estado da Mulher (SEMU/MA)	1
É dever da Administração Pública zelar pela eficiência das atividades policiais	1

A segurança pública representa no Estado Democrático de Direito um instrumento de garantia e preservação de direitos e liberdades individuais resguardados constitucionalmente a todo cidadão	1
A necessidade de promover a dignidade para efetivação do caráter ressocializador da pena	1
Imperativo da garantia da integridade física dos homossexuais masculinos e travestis privados de liberdade	1
A diversidade da população carcerária do Sistema Prisional de Alagoas, que assim como em outros setores da sociedade também é composta por LGBTTs.	1
Dever de urbanidade que deve pautar a conduta do servidor público estadual	1
Necessidade de dar visibilidade para os crimes violentos praticados contra a população LGBT	1
Dia 28 de Junho (Dia Internacional contra a Homofobia)	1
Parecer CEE/AL nº 115/2010	1
Termo de Cooperação Técnica celebrado entre a SDH da Presidência da República, o Ministério da Justiça e o Estado do Amazonas para articulação e implementação de políticas de enfrentamento à homofobia no Brasil, publicado no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 2012.	1
Indicação CEE/SP 126/14	1
Deliberação do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem em sua 486ª Reunião Ordinária	1
Parecer Técnico 141/2009 do MEC	1
Relatório do Processo 05/2012 do Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP) do Estado do Pará	1
Relatório do Processo 05/2012, do Conselho Estadual de Segurança Pública do Pará	1
Deliberação da 303ª Reunião Ordinária (23/07/14) do Conselho Universitário da UFFRJ	1
A matéria já foi regulamentada no âmbito do SUS (justificativa genérica)	1
A matéria já foi regulamentada no âmbito do Ministério da Educação (justificativa genérica)	1
A matéria já foi regulamentada no âmbito do ENEM (justificativa genérica)	1
Parecer CEE/ES nº 2.575/2010	1
Parecer 53/2009 emitido pela Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania do Amazonas	1
Parecer nº 8/2013 do Conselho Federal de Medicina, que dispõe sobre a terapia hormonal para adolescentes, travestis e transexuais	1
Nota técnica do Ministério da Educação (MEC) nº 001/2012	1
Nota técnica do Ministério da Educação (MEC) nº 015/2015	1

Relatório 54 da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC), de 07/12/12, que recomenda a incorporação de novos procedimentos relativos ao processo transexualizador no âmbito do SUS	1
Ofício-circular nº 64, de 30 de abril de 2010, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação	1
Processo 23077.059152/2012-72 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFRN	1
Parecer 293/2010 do Conselho Estadual de Educação do Maranhão	1
Parecer 369/2010 do Conselho Estadual de Educação do Pará	1
Parecer 21/2015 da Comissão de Legislação e Regimentos da Universidade Federal de Santa Maria	1
Processos 2014/00023520 e 2014/00033050 do Conselho Universitário da Universidade do Estado do Amazonas	1
Processo 49.0000.2014.001585-2 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil	1
Processo 23129.002548/2015-38 do Conselho Universitário da Universidade Federal de Roraima	1
Processo 110009/2015-49 da Universidade Federal do Maranhão	1
Decisão de 17 de junho de 2011 do Plenário do Conselho Federal de Psicologia	1
Parecer 115/2010 do Conselho Estadual de Educação de Alagoas	1
Parecer 89/2010 do Conselho Estadual de Educação do Tocantins	1
Parecer 29/2013 do Conselho Estadual de Educação do Amazonas	1
Parecer 580/2009 do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina	1
Parecer 01/2015 da Câmara Técnica de Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos para LGBT, de 16/01/15	1
Parecer 005/16 do Conselho Estadual de Educação de Rondônia	1
Decisão da Câmara de Educação Básica do Conselho Estadual de Educação do Amazonas de 02 de abril de 2013	1
A matéria já foi regulamentada no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (justificativa genérica)	1
Manifestação Jurídica 136/2016-V, do assessor Vitor Silva Alencar, acatada pelo colegiado do Conselho Federal de Serviço Social, reunido em 20 de novembro de 2016	1
Parecer 98/2010 da Procuradoria Geral do Estado do Amazonas	1
A orientação sexual e a identidade de gênero são fatores reconhecidos pelo Ministério da Saúde como determinantes e condicionantes da situação de saúde, não apenas por implicarem práticas sexuais e sociais específicas, mas também por expor a população GLBTT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais) a agravos decorrentes do estigma, dos processos discriminatórios e de exclusão que violam seus direitos humanos, dentre os quais os direitos à saúde, à dignidade, à não discriminação, à autonomia e ao livre desenvolvimento da personalidade	1

O transexualismo trata-se de um desejo de viver e ser aceito na condição de enquanto pessoa do sexo oposto, que em geral vem acompanhado de um mal-estar ou de sentimento de inadequação por referência a seu próprio sexo anatômico, situações estas que devem ser abordadas dentro da integralidade da atenção à saúde preconizada e a ser prestada pelo SUS

1

Fonte: elaboração própria.